Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO VII – Nº 53 – JUNHO/JULHO – 2012

Valorizando a diversidade

O papel da universidade no reconhecimento das múltiplas faces da cultura brasileira tem recebido atenção constante do **Jornal UFG**. Nesta edição, especialistas discutem, na mesa-redonda, a importância de criar políticas públicas que contemplem as especificidades de cada região, respeitando a pluralidade cultural do país (p. 10 e 11). Uma matéria faz um balanço da Agro Centro-Oeste Familiar (p. 5 e 6), evento que volta à agenda da UFG após quatro anos, desta vez com ênfase na agricultura familiar, segmento que tem sua prática assentada na diversidade e tradição. E uma reportagem destaca a graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares, turma que vincula à conquista de espaço na universidade seu compromisso com as demandas dos assentados e movimentos sociais (p. 4 e 5)

Foto: Carlos Siqueira. Exposição de artesanato da Agro Centro-Oeste Familiar

Cursos de Direito da cidade de Goiás recebem Diploma da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Alunos destacam-se no exame da entidade. p. 4 e 5

A versatilidade das pimentas: suas propriedades extrapolam a culinária, motivam pesquisas e auxiliam a medicina p. 8 e 9

Em Jataí pesquisadores investigam como mudanças climáticas podem afetar a produção de frutos do Cerrado. p. 13

EDITORIAL

Aqui os agricultores familiares têm voz!

Gabriel Medina* Veruska Prado**

A Agro Centro-Oeste Familiar 2012, feira da agricultura familiar do Estado de Goiás realizada de 13 a 16 de junho na UFG, teve em sua décima edição o *slogan* "Aqui os Agricultores Familiares Têm Voz!". Ao dar voz aos agricultores, a feira deu visibilidade às potencialidades da agricultura familiar em Goiás e também tratou dos desafios e entraves ao seu desenvolvimento. Por meio de reuniões preparatórias, seminários, cursos e conversas informais nos estandes, os temas centrais ao desenvolvimento pleno da agricultura familiar em Goiás foram tratados: necessidade de políticas públicas municipais, estaduais e federais incluindo assistência técnica permanente e próxima dos agricultores, viabilização de alternativas de comercialização com apoio à regularização sanitária dos alimentos industrializados e produção de alimentos sustentáveis considerando o impacto negativo dos agrotóxicos na saúde e na economia locais.

A Universidade Federal de Goiás e os demais parceiros da feira deram um passo significativo na necessária aproximação com a sociedade civil, em particular em relação a um segmento do campo historicamente preterido: os agricultores familiares. Na abertura do evento, o reitor da UFG anunciou a criação de um centro de formação em agricultura familiar no município de Caldas Novas a ser apoiado por um conjunto de instituições, incluindo a UFG. A retomada da Agro Centro-Oeste Familiar e a consolidação do centro de formação em agricultura familiar marcam um novo momento da UFG, em particular dos cursos das Ciências Agrárias, que reforça a abertura da universidade para a sociedade goiana. A universidade só tem a ganhar com essa abertura, pois amplia o mercado de trabalho para os profissionais formados na instituição, fortalece a formação prática ao aproximar os alunos da realidade do campo, abre a possibilidade para a construção de um currículo de vanguarda com disciplinas que tratam da extensão rural, promovidas em conjunto com os agricultores, e garante a diversidade tão fundamental para instituições como as universidades federais brasileiras.

A Agro Centro-Oeste Familiar 2012 foi muito bem sucedida em afirmar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento de Goiás e dar voz aos agricultores para discutirem com os órgãos responsáveis alternativas de desenvolvimento do setor. Ao final do evento foi confirmada a reedição da feira em 2013 como forma de avançar nesse processo de construção coletiva. A frase marcante pronunciada por uma agricultora expositora no último dia do evento resume bem os avanços que estamos buscando: "Me senti gente!"

*Gabriel Medina, professor da Escola de Agronomia e coordenador geral da Agro Centro-Oeste Familiar
**Veruska Prado Alexandra, professora da Faculdade de Nutrição e coordenadora do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da UFG e do Centro-Oeste (Cecane)

CÂMPUS EM FOCO

Luta de Dom Tomás Balduíno pelas causas sociais justifica título de Doutor *Honoris Causa* da UFG

Carlos Siqueira

Reitor Edward Madureira entrega ao homenageado o certificado da honraria máxima

É ímpar a atuação de Dom Tomás Balduíno nas áreas da educação, saúde, reforma agrária, inclusão social e na defesa das culturas indígenas. Sua dedicação, por mais de 40 anos, ao ideal de um Brasil mais igualitário foi reconhecida pela UFG com honraria máxima. Em cerimônia realizada na Catedral de Sant'Anna, na cidade de Goiás, no dia 15 de junho, foi entregue a ele o título Doutor *Honoris Causa*.

A indicação para o título partiu do professor José do Carmo Alves Siqueira. A aprovação, por unanimidade, do Conselho Universitário (Consuni) representou um ato de reconhecimento de que as ações de Dom Tomás Balduíno transcenderam as atribuições do sacerdócio. Ao bispo emérito da Diocese de Goiás foi concedido o 14° título Doutor *Honoris Causa* da história da UFG. Durante a cerimônia, Dom Tomás Balduíno recebeu uma homenagem da Turma Evandro Lins e Silva, turma especial de graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais, mantida pela universidade no Câmpus Cidade de Goiás, que ainda o convidou para ser o patrono de sua formatura, a ser realizada em 11 de agosto de 2012.

Dom Tomás tem dedicado a vida a defender os excluídos, os esquecidos, os explorados e os mais necessitados. Ele foi personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Em seu discurso, o bispo avaliou a situação da educação no país como sendo ainda elitista e erudita, mas com brechas para fruir a educação popular, que inclui todos, independentemente da classe social. "Estou consciente de que foram os indígenas, os quilombolas, os lavradores, as mulheres que abriram a minha cabeça e o meu coração. Eu me considero aprendiz deles e delas. Portanto, com a licença da Universidade Federal e a anuência de todos os presentes, conscientemente, passo a eles e a elas esse novo título de Doutor *Honoris Causa*", finalizou Dom Tomás, com toda a humildade e a solidariedade que lhe são inerentes.

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO VII – Nº 53 – JUNHO/ JULHO 2012

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – Reitor: Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Júlio César Prates.

Jornal UFG – Coordenadora de Imprensa e editora-geral: Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Silvânia de Cássia Lima; **Editora-assistente:** Michele Ferreira Martins, Kharen Stecca; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Ana Paula Ribeiro Lopes e Maria José Soares; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Reportagem:** Patrícia da Veiga Borges; **Colaboradores:** Geandra Avelar, João Caetano (fotografia), Thamara Fagury (fotografia) e Ana Paula Cozac Moura (design gráfico); **Estagiários:** Anamaria Machado, Jaqueline Telis, Layane Palhares, Marcela Borges, Marina Celestino, Tiago Gebrim (jornalismo) e Wéber Félix (fotografia); **Bolsistas:** Pollyanna Lima; **Secretário administrativo:** Leonardo Rezio; **Impressão:** CIR Gráfica e Editora LTDA.

Romualdo Pessoa Campos Filho

Uma história para não ser esquecida

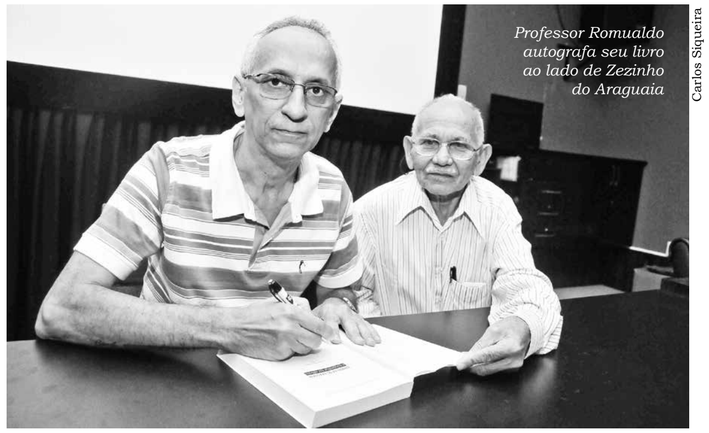
Silvânia Lima

Registros históricos constituem uma das características próprias e nobres do ser humano. Conhecer feitos, observar, comparar e comprovar contextos e épocas, ampliar o conhecimento e, principalmente, aprender com o passado, é esse o objetivo da história. Muitas vezes, um fato histórico pode se tornar uma ameaça e aí tenta-se de tudo para eliminar seus vestígios. No período entre 1972 e 1974, em uma região do antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, na confluência com o sul do Pará, houve um fato de relevância histórica, com repercussão nacional e destaque na história do país: a Guerrilha do Araguaia.

Trata-se da resistência de um grupo de militantes políticos contra a ditadura militar no Brasil. O grupo era composto por dezenas de jovens médicos, economistas, professores, estudantes e outros, vindos especialmente da Região Sudeste, decididos a abrir mão de suas vidas pessoais em prol de um ideal de justiça social. Estudiosos de uma nova proposta de sociedade, muniram-se de armas e seguiram rumo à região do baixo Araguaia, área de grandes conflitos de terra, onde viviam camponeses, trabalhadores do campo, extrativistas, sem o mínimo de condições de educação e de saúde. Instalados próximos aos camponeses, em casas alugadas e na própria mata, aos poucos o grupo conquistou a confiança dos moradores locais com quem mantinha uma relação de ajuda mútua. De um lado, a oferta de alimentos e do conhecimento sobre a mata; do outro, o socorro à saúde, a distribuição de medicamentos e até a construção de uma escola.

Depois de meses de enfretamento com as forças armadas nas matas do Rio Araguaia, o grupo foi exterminado, numa verdadeira operação de guerra – de acordo com registros, foi o maior efetivo depois da 2ª Guerra Mundial – e com ele muitos camponeses acusados informalmente de "cúmplices dos terroristas". Os sobreviventes guardam na memória o terror da opressão, muitos deles tocando suas vidas de maneira mais modesta do que antes, porque, depois de terem suas casas queimadas, plantações devastadas, não conseguiram recuperar o poder aquisitivo de suas famílias. Essa é uma história da qual ainda hoje há desdobramentos. Apoiados pela Lei da Anistia, os camponeses continuam lutando por seus direitos de reparação dos danos sofridos.

Manter viva essa história é uma forma de não deixar esvair o esforço daqueles que pagaram com suas próprias vidas a escolha de lutar em prol de causas ainda pertinentes naquela e em outras regiões do país. Com esse intuito, o professor Romualdo Pessoa Campos Filho, do Instituto de Estudos Sociomabientais (Iesa) reeditou seu livro *Guerilha do Araguaia: a esquerda em armas*. A solenidade de lançamento na UFG contou com a presença de Zezinho do Araguaia, único sobrevivente do grupo de guerrilheiros. Na oportunidade, foi exibido o documentário *Camponeses do Araguaia, a guerrilha vista por dentro*, baseado em depoimentos dos moradores da região, que viveram essa história. O autor do livro conversou sobre o assunto com a reportagem do **Jornal UFG**. A entrevista, na íntegra, pode ser acessada em sua versão *on-line* (**www.jornalufgonline.ufg.br**).



Professor Romualdo autografa seu livro ao lado de Zezinho do Araguaia

Carlos Siqueira

A Guerrilha do Araguaia ocorreu há cerca de 40 anos. Qual é a importância de manter vivo este fato por meio da publicação de um livro?

Primeiro, porque foi um acontecimento que reflete uma situação de uma época que não pode ser esquecida. O nosso país viveu anos difíceis, as liberdades políticas estavam sufocadas e não vivíamos um regime democrático. Naquele momento, para quem desejava ter uma visão crítica e uma participação política, as escolhas estavam sendo negadas por um regime militar que tomou o poder mediante um golpe de Estado e perseguia indistintamente quem ousasse divergir de seus posicionamentos conservadores e claramente vinculados aos interesses dos Estados Unidos. A repressão abateu-se violentamente e não poupou nem mesmo os segmentos de esquerda que se opunham à luta armada. Outros que, não aceitando a pressão, optaram pelo exílio, também foram perseguidos na Operação Condor, que uniu ditaduras do Cone Sul, com o intuito de caçar indesejáveis militantes políticos que trocavam de país para sobreviver às ditaduras. Em segundo lugar, porque a dura repressão que se abateu sobre os militantes que se armaram para combater a ditadura, na região chamada Bico do Papagaio, foi implacável no combate aberto de uma guerra irregular que afrontou um forte poder militar. Os guerrilheiros presos com vida, e até mesmo camponeses, moradores da região que eventualmente tornaram-se amigos dos combatentes, ou porque tivessem mesmo vínculos com a guerrilha, foram torturados e em seguida assassinados. Uma operação de cerco e aniquilamento visou eliminar, um por um, os guerrilheiros, mesmo os que foram presos com vida, e em seguida proceder a outra operação que tinha como objetivo limpar a área, de forma a negar sempre a existência de um movimento guerrilheiro. Com isso, muitos corpos continuam até hoje desaparecidos, levando dezenas de famílias a permanecer por todos esses anos numa luta incansável e numa busca interminável para identificar os locais em que eles podem ter sido enterrados.

O que representa a Guerrilha do Araguaia na história do Brasil?

A Guerrilha do Araguaia junta-se a uma quantidade de outras ações, desenvolvidas por organizações e partidos que radicalizaram suas lutas, em razão da absoluta falta de espaços democráticos. O golpe militar de 1964 não foi aceito por uma parcela ativa da população, notadamente aquela que se encontrava organizada nessas instituições. Quando ele aconteceu, o país vivia uma situação de plenas liberdades democráticas, com um crescimento considerável do movimento social e dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais.

O que diferencia a guerrilha dos demais movimentos é o momento em que ela ocorre, já numa situação de descenso das lutas dessas organizações, quase todas elas duramente reprimidas e destruídas pelo aparato militar. E o fato de a escolha pelo enfrentamento ter se deslocado das cidades, onde a guerrilha urbana era mais frequente, para a área rural, constituindo-se em um novo tipo de enfrentamento contra a ditadura militar.

No contexto de uma situação política de absoluta falta de liberdades, não somente política, porque a censura impunha novos rigores sobre a maneira como a sociedade deveria se comportar diante do conservadorismo militar, a resistência de pouco menos de uma centena de guerrilheiros, numa região distante dos grandes centros e profundamente atrasada do ponto de vista econômico e social, a Guerrilha do Araguaia representou um fato político relevante e um capítulo de luta do povo brasileiro que deve ser destacado. Independentemente de o seu caráter ter ficado marcado como um movimento vinculado a um partido. Embora isso tenha sido muito enfatizado pelos governos militares e seus defensores, é um dado que penso importa pouco quando inserimos esse movimento no contexto de uma realidade que abrange todo o país e as condições sociopolíticas que naquele momento atravessávamos. Todos aqueles que reagiram ao arbítrio e quaisquer que sejam as organizações que optaram pelo enfrentamento, ajudaram a construir uma história de luta em defesa das liberdades democráticas. Se o Brasil vive atualmente ares de democracia e de plena liberdade política, deve isso à luta de muitos que já não estão mais aqui para usufruir desses momentos, porque tiveram suas vidas ceifadas duramente. Mas eles foram fundamentais para que atingissemos essas liberdades democráticas.

Como se pode compreender esse fato, sem conhecer o contexto político daquela época e geração?

Não temos condições morais de questionar as escolhas daqueles militantes, em sua maioria jovens. A época em que eles viveram não possibilitava tantas escolhas como temos hoje em dia. Cabe-nos, então, pelo rigor que a pesquisa acadêmica nos possibilita, procurar entender suas motivações e como estavam os espaços de participação política, bem como o caráter de um governo ilegítimo, imposto pela força e submisso aos interesses estadunidenses.

As críticas que eventualmente surjam devem, em primeiro lugar, despir-se do anacronismo, compreendendo a realidade imposta naquele momento arbitrariamente. Em segundo lugar, elas não podem negar o óbvio: essas lutas foram importantes para acentuar o desgaste de governos que não foram eleitos pelo povo. Enfatizar as críticas à atuação dos grupos de esquerda em uma época que não era permitida a atuação política assume caráter conservador, pois reforça o posicionamento daqueles que tratavam de desmoralizar essas organizações, acusando-as de terroristas e subversivas, atacando seus militantes como se fossem marginais e bandidos.

Turma especial marca o acesso de trabalhadores do campo à universidade

Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais cria a perspectiva de mais profissionais para atuar na realidade dos movimentos sociais e dos assentados

Carlos Siqueira

Marcela Borges

No dia 17 de agosto de 2007, a Universidade Federal de Goiás e os movimentos sociais cravaram um marco na história do Brasil com a criação de uma turma especial de graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais. Representantes dos movimentos sociais do campo demandaram seu direito à educação superior, a fim de conquistar seu espaço no ambiente acadêmico e na sociedade. Cinco anos depois, a turma está prestes a colar grau e sinaliza competência profissional: antes mesmo de concluir o curso, doze alunos já conquistaram aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Criação – A turma, nomeada "Evandro Lins e Silva" em homenagem ao advogado que dedicou 70 anos de carreira às causas dos movimentos sociais brasileiros, é composta por 56 estudantes, provenientes de 19 estados do país. Eles representam diversos movimentos sociais do campo, agregando a riqueza da diversidade regional, étnica e geracional que assegura a especificidade da turma no espaço da universidade.

Apesar de manter o currículo dos cursos de Direito da UFG, ministrados em Goiânia e Goiás, a grade da turma especial, também vinculada ao Câmpus Cidade de Goiás, tem um regime diferenciado. A duração do curso é de cinco anos (dez períodos), porém cada semestre letivo concentra-se em três meses, com aulas em dois turnos, matutino e vespertino.

A turma foi criada especialmente em atendimento a demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Uma turma especial de Direito com esse caráter era uma iniciativa inédita no Brasil e essa conquista dos movimentos sociais, concretizou-se por meio da parceria entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (Sesu).

Acesso diferenciado e ganhos com a academia

Sem nenhum contato anterior com o curso de Direito ou mesmo com o espaço acadêmico, os estudantes chegaram ao Câmpus Cidade de Goiás munidos apenas do conhecimento prático dos assuntos do campo, dispostos a dar início a uma nova etapa de aprendizado e acrescentar à sua vivência o embasamento teórico e as práticas oferecidas pelo ensino superior. "Quando chegamos à universidade, o impacto foi bem grande. No primeiro momento, era uma novidade para todos nós, estudantes e professores. Mas, com o tempo, nós fomos aprendendo várias coisas", comentou o graduando Diorlei dos Santos.

O estudante destacou a dupla importância dessa experiência. "Nós temos de ocupar alguns espaços para divulgar as nossas ideias, o que pensamos, o que nossos movimentos pensam. E temos também de usufruir do que oferece o ambiente acadêmico", acrescentou. Para a estudante Euzamara de Carvalho, a atuação no espaço acadêmico dos representantes dos movimentos sociais no campo tem um alcance político. "Construímos um diálogo necessário entre a universidade e os movimentos sociais do campo, realizando seminários, debates e diversas outras atividades que trataram do nosso projeto de educação no campo e da necessidade da reforma agrária para diminuição das desigualdades em nosso país", pontuou.

O acesso dos camponeses ao curso de Direito por meio de um processo seletivo diferenciado é um marco jurídico na história do Brasil. Euzamara de Carvalho explicou que, em razão do caráter elitista do curso de Direito, do alto grau de concorrência e do perfil dos estudantes que prestam o vestibular, o acesso ao ensino superior, em especial ao curso de Direito, ainda é um privilégio. "Nossa inclusão no Direito é a quebra de um paradigma no ensino jurídico, que, a partir dessa experiência, passa a dialogar com as nossas demandas, as demandas dos movimentos sociais do campo. Ou seja, o saber jurídico volta-se para os problemas reais da classe trabalhadora do campo", explicou.

Diorlei dos Santos não deixou de registrar que a universidade ofereceu muitas reflexões, não só acerca de militância política, mas em outras áreas, concluindo que a vivência na academia propiciou aos estudantes uma visão mais ampla do contexto sociopolítico.

Experiência – A existência da Turma Evandro Lins e Silva, que trouxe novas vivências e uma dinamização intensa para o câmpus, contribuiu para a consolidação do Câmpus Cidade de Goiás. Até mesmo do curso de Direito.

Em razão do regime integral do curso, com aulas nos turnos matutino e noturno, e, em certas ocasiões, frequentando disciplinas de Núcleo Livre à tarde, a circulação de estudantes no câmpus intensificou-se. A parceria com o MEC também possibilitou a destinação de dez professores para o curso de Direito da UFG em Goiás, fator determinante no êxito da iniciativa. E os estudantes empenharam-se em usufruir das oportunidades oferecidas pela universidade, participando de seminários, atividades de pesquisa e encontros acadêmicos, que, a partir daquele momento, passaram a ser mais frequentes no câmpus. Alguns estudantes também participaram de congressos em outros estados.

Todo esse envolvimento acadêmico, somado à estada de três meses na cidade de Goiás, levou a Turma Evandro Lins e Silva a construir uma relação sólida com alunos, servidores docentes e técnico-administrativos. "Nós temos uma relação de muito respeito e parceria com os professores, que nem todos os alunos conseguem construir", disse Diorlei dos Santos. Segundo o coordenador do curso, José do Carmo Siqueira, a assiduidade e a participação dos estudantes dessa turma são diferenciadas. "É uma turma constituída por pessoas mais vividas e que, decididamente, têm convicção das razões pelas quais escolheram fazer um curso superior de Direito", explicou o coordenador.

A experiência da Turma Evandro Lins e Silva no Câmpus Cidade de Goiás ao longo desses cinco anos foi de muitos desafios e superações. Sua existência possibilitou aos envolvidos novas perspectivas acerca do ensino, do projeto de universidade, das práticas jurídicas, da necessidade da educação no campo e de diálogo com os movimentos sociais e com a comunidade da cidade de Goiás.

A passagem desses estudantes pela universidade é marcada pela rica experiência não apenas acadêmica, mas também social e cultural. "Nós sempre fomos atuantes em todos os espaços. Então, procuramos aproveitar ao máximo, no sentindo da convivência e compreensão. Com o tempo, nós percebemos como era importante compreender o mundo em que essas pessoas da fa-culdade vivem, o que elas pensam, as suas origens", comentou Diorlei. Durante os meses em que estudaram no Câmpus Cidade de Goiás, os estudantes trocaram aprendizados, tanto de suas vivências quanto sobre música, dança e culinária.

Perspectiva – Sobre o futuro da turma, Diorlei acredita que, em um primeiro momento, todos vão querer advogar e, posteriormente, talvez aspirar a cargos públicos, de promotor ou juiz. Dessa forma, eles podem inserir as questões dos movimentos sociais nesses espaços. "O setor de advocacia agrária brasileira é muito deficiente. Existem poucos profissionais que atuam na realidade dos movimentos sociais, da agricultura familiar e dos assentados. Então, nossa contribuição é assumir essa frente. Apesar de ser um grupo pequeno, e por isso nós reivindicamos outras turmas, nessa área do Direito, nós poderemos contribuir um pouquinho e avançar", explicou Diorlei dos Santos.

Diorlei, que viveu no assentamento Araguaí, no município de Santa Maria do Oeste, no Paraná, até os 18 anos, desde cedo esteve vinculado às cooperativas de organização de assentamentos, hoje já atua na área judicial dessas cooperativas e deseja seguir esse caminho. "Eu acredito que a minha contribuição local possa ajudar, não apenas os assentados de Araguaí, mas as 18 mil famílias assentadas do Paraná", afirmou.

A solenidade de colação de grau da turma será realizada em 11 de agosto de 2012, data escolhida em razão do Dia do Direito no Brasil. Nesse dia, em 1827, foram criados os dois primeiros cursos de Direito do país, em Olinda e em São Paulo. Está prevista ainda para agosto está prevista uma avaliação dessa experiência em todas as instituições e entidades envolvidas.

José do Carmo Siqueira destacou que o processo de avaliação só se completará com o curso concluído e os estudantes da Turma Evandro Lins e Silva atuando no mundo do trabalho ou também em programas de pós-graduação, especialmente em programas *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Contudo, os indícios do êxito da turma já são evidentes. "Chegamos ao 10º período como sujeitos de uma história de luta e superações coletivas, já colhendo os frutos desse processo no reconhecimento das pessoas, nas apresentações de monografias com nota máxima e na aprovação de onze estudantes no exame da OAB, entre os quais quatro mulheres", explicou Euzamara de Carvalho.

A respeito da possibilidade de abertura de um novo processo seletivo para outra turma especial de Direito, o coordenador mostrou-se favorável e comentou: "Estamos totalmente dedicados a concluir esta experiência pioneira. Mas sempre acreditamos que esta iniciativa deve se tornar permanente, não só na UFG, mas em todas as universidades públicas do Brasil". José do Carmo Siqueira argumentou que esta é uma iniciativa coerente com a promessa constitucional do Estado brasileiro de proporcionar acesso universal e efetivo à educação, em todos os níveis e sem distinção de área do conhecimento, para todos, vivendo nas cidades ou no campo.

Fotos: Tiago Gebrim

José Gonzalo Armijos Palacios, diretor do Câmpus Goiás

Carlos Siqueira

O coordenador José do Carmo Siqueira: "esta iniciativa deve se tornar permanente em todas as universidades públicas do Brasil"

Direito da UFG destaca-se no país

No mês de abril, o curso de Direito do Câmpus Cidade de Goiás recebeu o certificado "OAB Recomenda", que confere o selo de qualidade às instituições de ensino jurídico, concedido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Todos os cursos de Direito do país são avaliados com base nos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e dos últimos Exames de Ordem Unificados.

Os cursos de Direito da UFG, oferecidos nos Câmpus da Cidade de Goiás e no Câmpus Colemar Natal e Silva, em Goiânia, estão entre os 89 cursos de Direito recomendados pela OAB e foram os únicos com esse reconhecimento no estado de Goiás. Esse certificado reflete o resultado da produção do curso e do empenho de professores e alunos para consolidá-lo com excelência. Além desse resultado, em Goiânia o curso conquistou o quarto maior índice de aprovação no último Exame de Ordem Unificado, realizado em fevereiro e março, proporcionalmente ao número de inscritos. Dos 64 alunos do Câmpus Colemar Natal e Silva que fizeram prova, 51 foram aprovados, o que corresponde a um percentual de aprovação de 79,49%. O Câmpus Cidade de Goiás obteve um percentual de 38,03%, com 72 alunos inscritos e 27 aprovados. Entre as instituições de ensino superior, a que obteve maior índice de aprovação no exame da OAB foi a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com 86,27%.

Foto: Thamara Fagury

Espaço público para afirmar a vida no campo

Resultados e anseios da lida camponesa foram apresentados e discutidos durante a Agro Centro-Oeste Familiar, evento realizado em junho, no Câmpus Samambaia da UFG

Patrícia da Veiga

O ano de 2012 marca o retorno da Agro Centro-Oeste à agenda da extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG). Com a adjetivação "Familiar" somada a seu nome, o evento reafirmou o que busca, paulatinamente, desde 2005: reconhecer a realidade de camponeses que não necessariamente fazem parte da estrutura do agronegócio e que produzem de forma diversificada, sustentável e saudável. Ou seja, teve como principal objetivo dar visibilidade à agricultura familiar. Conforme apontam dados do censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, é esse segmento que, em Goiás, ocupa 3,3 mil hectares, emprega mais de 200 mil pessoas e gera renda anual de, aproximadamente, R$ 1 bilhão.

Organizada pela última vez em 2008, a Agro Centro-Oeste realizou sua décima edição de 13 a 16 de junho, no Câmpus Samambaia da UFG. Na ocasião, agricultores tradicionais, assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas, pescadores familiares, projetos de extensão da UFG, 20 cooperativas, oito organizações de movimentos sociais e entidades parceiras do evento, expuseram o resultado do trabalho no meio rural: produtos de hortifruticultura, doces, derivados de leite e de carnes, peixes, artesanatos, barras de cereais, grãos e cosméticos naturais. Ao todo, foram 31 estandes e 16 bancas para um público estimado em 3,2 mil pessoas, de Goiânia e de mais 23 municípios. A programação da Agro Centro-Oeste Familiar ofereceu, além da feira livre e da exposição nos estandes, cursos, dia de campo, mostra tecnológica, mesa-redonda com participação estudantil, encontro científico, apresentações artísticas, atividades de educação ambiental e o IV Circo da Comunicação, da Infância e da Juventude.

Boa parte das atividades ocorreu no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal, mas alguns seminários se dividiram entre os auditórios da Biblioteca Central (BC) e do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Os cursos técnicos de ordem prática foram realizados nas Escolas de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA) e de Veterinária e Zootecnia (EVZ) e, por fim, as atividades de educação ambiental e o Circo ocuparam toda a área livre entre o Centro de Eventos, a Faculdade de Artes Visuais (FAV) e o Bosque Auguste Saint-Hilaire, de modo que, nesse período, o Câmpus Samambaia viveu intensamente a Agro Centro-Oeste Familiar.

Toda essa variedade, contudo, não foi somente para transformar a feira em exibição do mundo rural. Pelo contrário. A preocupação central era cuidar para que as pessoas, retiradas de suas rotinas, tivessem seu trabalho reconhecido. "Sou artesã e vivo como ambulante. Trabalho na rua, em porta de banco, tenho que fugir dos fiscais, é assim. Aqui tenho um espaço, posso ficar tranquila, exibir tudo", declarou Lídia Garcia, da Associação de Artesãos de Bela Vista de Goiás (Artebela), ao repórter Tiago Gebrim, comparando sua condição de trabalhadora informal e a participação no evento.

Houve também a tentativa de valorizar o saber adquirido ao longo da vida. João Vicente da Costa, raizeiro e secretário de Meio Ambiente do Município de Sanclerlândia, convidado para participar da feira pela professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) Maria Elisa Borges, foi testemunha disso. "Os assentamentos e comunidades têm imenso potencial de conhecimento medicinal não explorado. É preciso criar programas que levem essas pessoas para dentro das universidades, unindo a sabedoria popular e o estudo da ciência", afirmou ele à repórter Marina Celestino, depois de falar sobre as mais de mil plantas medicinais que conhece.

Para a professora da Faculdade de Medicina Veterinária, Fernanda Gomes de Paula, que ministrou curso durante o evento e conversou com a repórter Layane Palhares, a feira também foi uma forma de trocar informações sobre conhecimentos técnicos. "O sentimento que eu tenho ao ministrar um curso na Agro Centro-Oeste Familiar é de satisfação, porque é possível observar, com o interesse dos presentes, que estamos atingindo a proposta da feira, além de gerar tecnologia", disse.

O espaço também foi de fortalecimento dos camponeses em suas organizações. "É uma iniciativa que deve ser mantida, para que se possa ganhar espaço de apresentação dos resultados da agricultura familiar e, assim, fazer o diálogo com os trabalhadores urbanos, tanto no processo de comercialização como na compreensão da necessidade de incentivos para a reforma agrária e para os pequenos agricultores tradicionais", avaliou Rosana Fernandes, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Seminários – Na tentativa de chamar a atenção da sociedade para temas que afligem as famílias agricultoras e são cruciais para seu desenvolvimento e sua autonomia, os seminários receberam atenção especial desde as primeiras reuniões preparatórias do evento. Em outubro de 2011 e em fevereiro de 2012, dois encontros delinearam os temas de interesse do segmento, escolhidos conforme as necessidades dos agricultores. O resultado foi a realização de 14 debates envolvendo assuntos como assistência técnica e extensão rural, educação no campo, uso de agrotóxicos, entre outros.

A assistência técnica, por exemplo, foi uma abordagem proposta a partir da situação de ausência do poder público no dia-a-dia do camponês, pelo sucateamento gradual das empresas públicas de extensão rural e pela dificuldade que os agricultores têm de produzir seguindo somente as "orientações" dos vendedores de produtos químicos. A propósito, o uso de agrotóxicos no campo foi um dos seminários mais frequentados e polêmicos, lançando a etapa estadual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

A estruturação de agroindústria e a organização da produção também foram sugestões acatadas pela maioria, considerando a expectativa que cooperativas de agricultores e assentamentos têm de consolidar e ampliar o trabalho coletivo. Também surgiram na lista dos seminários temáticas de formação como "Mulheres e Desenvolvimento Rural", que reuniu mais de 80 pessoas em busca da valorização do trabalho da mulher na economia camponesa, e "Educação no Campo", pela realidade do êxodo rural e pela dificuldade de manutenção dos jovens na terra. A participação efetiva da agricultura familiar na cadeia produtiva de biocombustíveis também foi tema para debate, uma vez que os camponeses ainda não se sentem incluídos no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, criado em 2004, no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

A extensão rural foi preocupação entre os estudantes, que realizaram a única mesa-redonda da feira, para conversar sobre a contribuição de cada área do conhecimento para o campo. "O que os agricultores esperam de nós?", questionaram os discentes, dispostos em círculo e motivados a esquecer o difusionismo de outrora e atuar profissionalmente de forma participativa, sem desconsiderar os saberes tradicionais. A participação ativa de estudantes deu-se também na Mostra Tecnológica e no Encontro Científico. A mesa-redonda e a Mostra Tecnológica foram organizadas pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Assistência à Agricultura Familiar (Gepaaf), projeto de extensão vinculado à EA/UFG, e o Encontro Científico foi uma iniciativa do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), que resultou em 49 apresentações de trabalho.

Parcerias – Foram responsáveis pelos seminários o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar em Goiás (Fetraf), a Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Bom Sucesso (Apro-Bom), representando o município de Nazário, a Federação Goiana de Municípios (FGM), o Território da Cidadania Rio Vermelho, o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da UFG e do Centro-Oeste (Cecane UFG/Centro-Oeste) e os já mencionados Gepaaf e IF Goiano. Além dessas entidades, instituições e projetos, a construção coletiva da Agro Centro-Oeste Familiar teve a participação ainda do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Prefeitura Municipal de Goiânia, da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Coletivo Magnífica Mundi (Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG), da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape), das Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa), da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seagro) e da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater).

No site da feira (www.agro.ufg.br/agrocentro) pode-se rememorar a cobertura feita pelos repórteres da Assessoria de Comunicação na ocasião do evento.

Agro Centro-Oeste Familiar em números

31 estandes
16 bancas de feira livre
34 caravanas
23 municípios
20 cooperativas
8 organizações de movimentos sociais
14 seminários
23 cursos
49 trabalhos acadêmicos
8 protótipos de tecnologia
3,2 mil visitantes
1.691 inscritos em cursos e seminários

Foto: Carlos Siqueira

Juventude é contemplada com circo e educação ambiental

Pela primeira vez na trajetória da Agro Centro-Oeste, crianças e adolescentes foram contemplados na programação. Uma parceria estabelecida entre as Faculdades de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) e de Educação Física (FEF), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi) promoveu o IV Circo da Comunicação, da Infância e da Juventude. Nesse espaço, estudantes de Comunicação Social, Artes Visuais, Artes Cênicas, Geografia e Educação Física uniram-se com artistas do Circo Lahetô para ministrar oficinas a filhos e filhas das famílias expositoras e a estudantes de escolas públicas de Goiânia.

Nos dias 14 e 15 de junho, os oficineiros realizaram com a criançada atividades de fotografia, fotonovela, maquiagem, moda, teatro, malabares, webtv, grafite, capoeira, artes marciais, atletismo, ginástica, entre outras habilidades. Na tarde da sexta-feira (15/6), uma transmissão pela internet feita por crianças movimentou a Agro Centro-Oeste Familiar. No dia 16, pela manhã, a "Mostrinha" apresentou o resultado das oficinas, que foi dos mais diversos, rendendo desde performances a fanzines. O Circo Lahetô encerrou essa parte da programação com a apresentação de trechos de seus espetáculos.

Trilhas e criatividade – O projeto Renascer, vinculado à Cooperafi, ficou responsável pela educação ambiental e pela autorreflexão. Na área livre em torno do Centro de Cultura e Eventos, o grupo organizou mostras de vídeo e espaços para oficinas de reaproveitamento de materiais. Houve também momentos para que as pessoas escrevessem cartas a si mesmas, fazendo avaliações sobre o futuro do planeta, no "cantinho da criatividade", e para que aproveitassem a natureza de forma lúdica e envolvente nas "trilhas da terra". Um "confessionário", por fim, foi instalado para que fossem recolhidos depoimentos sobre agricultura familiar, que resultarão, futuramente, em um documentário.

Fotos: Carlos Siqueira e Thamara Fagury

O evento foi marcado por uma programação diversificada, com apresentações culturais, exposições, seminários e cursos

Além do tempero...

A pimenta não é mais apenas um saboroso condimento, outras propriedades dessa planta já são exploradas na indústria farmacêutica e alimentícia, bem como na medicina

Alguns pássaros se alimentam de pimentas bastante picantes, porque eles não possuem as células receptores de capsaicina, tornando-se insensíveis a ela. Isso faz com que os pássaros sejam dispersores das sementes de pimenta.

Marcela Borges

Bastante valorizado na culinária mundial, o ardume característico da pimenta é tradição na cozinha para quem quer temperar a comida dando um toque exótico ao sabor do prato. O curry indiano, o azeite vermelho chinês tsiao yeou, a farinha do cuscuz árabe, o chilli mexicano, o acarajé e o vatapá baianos, todos levam o gostinho picante das pimentas. Mas existem pimentas que não ardem e são cobiçadas apenas pelo aroma, como a pimenta de cheiro. Na América, esse costume culinário vem desde os tempos pré-colombianos.

Depois do sal, a pimenta é o tempero mais usado no mundo. Esse condimento torna-se às vezes uma alternativa ao sal de cozinha, que os hipertensos devem evitar, por conter alto teor de sódio, ajudando o consumidor a cuidar da saúde sem abrir mão do sabor da comida.

Mas não é apenas como condimento que a pimenta se destaca. Os povos indianos, chineses, astecas e indígenas brasileiros já utilizavam a planta como remédio, para a cura de queimaduras e resfriados. Na cultura popular, a pimenta tem a reputação de ser afrodisíaca e medicinal (para combater dores musculares, cefaleias, hemorroidas, entre outros), mas, paradoxalmente, tem também a fama de fazer mal à saúde. Atualmente, a medicina moderna resgata essas crenças como ponto de partida de pesquisas que visam comprovar os benefícios da pimenta.

A espécie Nosegay *é uma das mais utilizadas para decoração*

Origem – Pimentas são plantas que têm como característica o sabor picante e as sensações de calor geradas pelas substâncias químicas presentes em suas estruturas. No caso das pimentas do gênero Capsicum, nativas da América, a substância mais picante é a capsaicina, que se acumula na parte do fruto em que as sementes se inserem (placenta). A concentração de capsaicina nos frutos de pimenta determina a sua pungência. E é conforme o nível de pungência que as pimentas têm graus de ardor distintos e são destinadas a diferentes produtos. Esse gênero é representado por pimentões, pimentas doces e picantes.

No Brasil, cultivam-se pimentas do gênero *Capsicum* em praticamente todos os estados, sendo os principais produtores: Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul. Já foram encontradas mais de vinte espécies desse gênero.

Outro gênero conhecido é o *Piper,* originário da Índia, constituído pela pimenta-do-reino. As espécies desses dois gêneros têm qualidades químicas distintas, não guardando entre si qualquer parentesco. A substância ardente do gênero Piper é a piperina.

Benefícios – Quem insere a pimenta na dieta alimentar diária está consumindo, além do tempero, uma série de nutrientes (vitaminas, fibras, sais minerais e antioxidantes). Vários estudos têm mostrado os efeitos medicinais da capsaicina, definindo a pimenta como um alimento com propriedade funcional, isto é, um alimento que afeta beneficamente o organismo e minimiza o risco de doenças.

Murupi, jamaican yellow, habanero chocolate *e* lemon drop *são exemplos da diversidade de cores e formas das pimentas*

Fotos: Mário Braz / Divulgação

As cores fortes, que variam do amarelo-claro ao vermelho-intenso, evidenciam a rica fonte nutricional da pimenta. Os pigmentos carotenoides, que dão origem a essa coloração, contêm provitaminas, como alfacaroteno e betacaroteno (no fígado, são transformadas em vitamina A), que têm propriedades antioxidantes. "Esse poder antioxidante é responsável por combater os radicais livres, evitar a oxidação de LDL-colesterol (chamado de colesterol ruim) e, consequentemente, diminuir o risco de doenças cardiovasculares", explicou a nutricionista Marta Isabel Campos Andrade, da Faculdade de Nutrição (Fanut/UFG).

No estudo "Determinação do potencial antioxidante do extrato filtrado de Capsicum baccatum (pimenta dedo-de-moça) através do método DPPH" foi observado um poder antioxidante da capsaicina duas vezes maior que o do ácido ascórbico (vitamina C). A ingestão recomendada de vitamina C para suprir as necessidades diárias de um indivíduo é de 60 mg ao dia, quantidade que pode ser obtida com o consumo de 100 g de pimentas suaves ou doces.

Essa propriedade evita o envelhecimento da pele e previne até mesmo o aparecimento de certos tipos de câncer. "Nas pimentas vermelhas podemos encontrar o licopeno, considerado melhor antioxidante que o betacaroteno. Algumas evidências apontam o licopeno como essencial contra o câncer, principalmente o de próstata, bem como contra o fotoenvelhecimento. Também é importante ressaltar que a pimenta tem um poder termogênico, que pode auxiliar no emagrecimento", afirma Marta Andrade. A nutricionista menciona ainda o estudo "Uso medicinal da pimenta malagueta (*Capsicum frutescens L.*) em uma comunidade de várzea à margem do Rio Amazonas, Santarém, Pará", que apontou dez indicações das propriedades medicinais das pimentas do gênero Capsicum no tratamento de: "pano-branco" (tipo de micose), dor de dente, reumatismo, erisipela, impigem, parasitoses, furúnculos, coceiras, inchaço e ferroada de arraia. Embora um dos mitos populares acerca da pimenta é que ela seja agressiva ao sistema gastrointestinal, não há registros de alta incidência de úlceras ou disfunções hepáticas entre consumidores de pimentas em países como Tailândia, México (atualmente, o maior mercado produtor e consumidor de pimenta) e Coreia, onde é tradicional o consumo de pimentas com altos teores de capsaicina.

Beber água para aplacar a ardência da pimenta não é a melhor solução, pois a capsaicina é pouco solúvel em água. Contudo, é muito solúvel em gordura, óleo e álcool. Por isso, recomenda-se beber leite ou tomar sorvete para amenizar o ardor.

As pimentas são também importantes fontes de fibra alimentar, elemento essencial, que atua no processo digestivo e previne problemas intestinais, reduz o risco de desenvolvimento de divertículos e câncer do intestino grosso. Porém, pessoas acometidas de doenças como gastrite, úlcera e hemorroidas devem evitar o consumo, principalmente de pimenta malagueta (com alto grau de pungência), pois os sintomas podem piorar.

Ainda há muito a pesquisar acerca das propriedades medicinais e funcionais da pimenta. Existem vários propalados benefícios desse fruto ainda sem comprovação científica. Também não se estabeleceu a quantidade ideal a ser ingerida diariamente para que a pimenta seja benéfica à saúde. "A propriedade funcional da pimenta pode se encontrar no fruto, nas sementes e também nas folhas. O fim terapêutico é que orienta qual parte da pimenta deve ser consumida e a quantidade. Sabe-se que em cada 100 g de pimenta vermelha temos 200 mg de betacaroteno. Uma pesquisa realizada na Califórnia, por exemplo, apontou uma dose de 400 mg de capsaicina para um homem de 91kg para prevenção de câncer de próstata", informa Marta Andrade.

Professor João Gaspar Faria que estuda diversos aspectos das pimentas das mais consumidas às raras

Fotos: Mário Braz

Contudo, a média do consumo de pimenta no Brasil ainda é considerada pequena. Estima-se que os brasileiros ingiram 0,5 g de pimenta por dia, enquanto na Tailândia e na Índia o consumo diário chega a 10 g por pessoa.

Outros usos – Não é apenas na alimentação que a pimenta é valorizada. Nas últimas décadas, a indústria farmacêutica também tem dado bastante atenção para as possibilidades que os frutos do gênero Capsicum podem oferecer. O potencial da pimenta na produção industrial vem sendo pesquisado pela Faculdade de Farmácia (FF) da UFG em parceria com a Embrapa Hortaliças, de Brasília, que fornece as pimentas. Estas são processadas e transformadas em produto para utilização, tanto no setor alimentício quanto em medicamentos fitoterápicos e cosméticos. Um exemplo de produto desenvolvido nessa parceria é a pomada para aliviar os sintomas de artrose e artrite. O farmacêutico Edemilson Cardoso da Conceição (FF) explicou que a pomada não cura a artrite, mas ameniza os sintomas, sem a retenção de líquido e o ganho de massa corpórea que os corticoides provocam. Aparentemente, a capsaicina é a única substância que, usada externamente no corpo, gera endorfinas internamente, promovendo sensação de bem-estar e ativando o potencial imunológico.

As pimentas são empregadas ainda na composição de xampus antiqueda de cabelo e anticaspa, como estimulante sexual em galinhas e como corante na ração de aves (para obter ovos com gemas coloridas no Japão e para colorir penas de flamingos em zoológicos coreanos, por exemplo). Também utiliza-se a pimenta na obtenção de gás-de-pimenta, usado na forma de spray como arma defensiva.

Para João Gaspar Faria, professor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), a pimenta pode ser ainda uma ótima opção para decorar, além de pratos, os ambientes. "As pessoas não sabem como a pimenta pode ser uma linda planta ornamental. A espécie *nosegay*, por exemplo, é ótima para colocar na janela ou no jardim", sugere o pimenteiro, que coordena uma estação de cultivo de pimentas na EA. Contabilizam-se mais de 70 espécies nesse viveiro: pimenta purple tiger, minipimentão doce, habanero chocolate (muito picante com sabor frutado), lemon drop (picante com leve sabor cítrico), bolivian rainbow (as cores do fruto variam e compõem uma espécie de arco-íris, entre amarelo, vermelho, roxo e verde), numex big jim (o fruto chega a atingir 30 cm).

O professor ressalta que, mesmo que a variedade de espécies seja tão ampla, nos mercados e feiras livres é difícil encontrar outros tipos além das tradicionais – pimenta-de-bode, cumari-do-pará, biquinho, dedo-de-moça, murupi, pimenta-de-cheiro e jalapeño –, pois os agricultores familiares não têm acesso a sementes de espécies diversificadas. Para tentar mudar esse quadro, João Faria cultiva na estação da universidade diferentes espécies de pimenta para fornecê-las aos pequenos agricultores das cooperativas e assentamentos com os quais a EA trabalha. No entanto, ele observa que o interesse por essa diversidade de espécies continua muito aquém de causar transformações significativas no mercado e conclui que as pessoas não estão dando ainda a devida atenção à versatilidade dessa planta.

A red savina habanero, a naga jolokia e a dorset naga estão entre as pimentas mais picantes do mundo.

Alimentação – A indústria alimentícia é um dos setores que tem procurado explorar o potencial da pimenta. Parte da produção brasileira é exportada em diferentes formas, como páprica, pasta, desidratada, em pó e conservas ornamentais. Outro mercado que está surgindo é a produção de geleias especiais à base de pimenta.

Carlos Siqueira

Apreciada no paladar há milhares de anos, as pimentas também são decorativas na cozinha

Efeito da capsaicina no organismo

Quando a capsaicina entra em contato com as mucosas de mamíferos, como a superfície da boca, nariz e garganta, desencadeia um sinal de dor, transmitido de célula a célula nervosa até atingir o cérebro, que recebe uma mensagem de queimadura, exatamente como se fosse provocada por fogo. O cérebro reage, fazendo com que sejam produzidas endorfinas, que têm a função de eliminar a dor e provocar sensação de euforia.

Outras respostas do organismo humano a doses maiores de pimentas ardidas são: aceleração dos batimentos cardíacos, para aumentar o metabolismo; aumento da sudorese, para reduzir a temperatura corporal, e aumento da salivação, para refrescar a boca. Ainda são observados, com o consumo de pimenta picante, escorrimento nasal e aumento da velocidade do trato intestinal.

A Associação dos Produtores de Bom Sucesso e Nazário (Aprobom) já está investindo nesse produto. A novidade surgiu com a iniciativa de algumas mulheres da associação que perceberam a dificuldade de comercializar as pimentas, tendo em vista que na região a produção é alta. Assim, elas decidiram agregar valor à pimenta. "Nós tínhamos feito um curso sobre geleias e, então, aproveitamos para acrescentar a pimenta às frutas. E aí foi um sucesso. Só depois que nós já estávamos produzindo é que vimos na TV uma matéria sobre doce de pimenta", contou Iva Elias de Resende, uma das idealizadoras do novo produto.

De fato, a geleia, que une doce e uma leve ardência da pimenta dedo-de-moça, foi um sucesso de vendas na Feira Agro Centro-Oeste Familiar 2012, realizada no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal, entre os dias 13 e 16 de junho. Jabuticaba e abacaxi foram os sabores mais procurados, mas havia também maracujá, cajá-manga, manga e a geleia pura de pimenta biquinho, que não arde muito. Outra forma encontrada pelas associadas para agregar valor à pimenta foram as conservas ornamentais. Elas exploram as cores atrativas, os diferentes formatos da pimenta e mostram que um arranjo de pimentas pode constituir um excelente substituto para as flores na mesa.

Afinal, para que serve a cultura?

Não é infundado considerar como característica predominante da cultura brasileira a imensa diversidade, tanto de protagonistas quanto de manifestações. A fim de garantir pleno direito a todas as formas de manifestação dos muitos segmentos, como artes plásticas, música, teatro, dança, cultura popular, é imprescindível o apoio governamental, o que implica a formulação de políticas públicas específicas. No entanto, essa área tende a não alcançar prioridade, em meio às muitas demandas governamentais, como segurança pública, saúde, educação. Enquanto o poder público não se fizer mais sensível à relevância e complexidade da cultura e assumir posições mais firmes em relação às políticas para essa área, será difícil superar o desafio de formular, implementar e avaliar adequadamente as políticas culturais. Persistem, entre outros, problemas relacionados com formação cultural, liberdade de expressão artística, destinação de espaços adequados para as manifestações culturais e garantia de acesso aos bens culturais a toda a sociedade. Para discutir alguns desses problemas e destacar o que tem entrado na pauta do campo da cultura, o **Jornal UFG** reuniu para a mesa-redonda desta edição o secretário de Cultura do Estado da Bahia, professor Antônio Albino Canelas Rubim, o produtor cultural do Centro Cultural Oscar Niemeyer, Carlos Brandão, e o professor da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), Kleber Damaso. Confira.

Michele Martins, Maria José Soares e Silvânia Lima

Professor Albino Rubim, o senhor já verificou que as políticas culturais brasileiras foram marcadas por três tipos de tradições: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. De que forma avalia essa percepção no atual contexto da cultura do Brasil?
Albino Rubim – Como pesquisador do CNPq, fiz uma pesquisa sobre a história das políticas culturais no Brasil e cheguei à conclusão acerca da existência desses três momentos. Era uma pesquisa que precedia o governo Lula. Agora estou fazendo, pelo CNPq, outra pesquisa sobre as políticas no governo Lula, que tem mostrado como foi que aquele governo enfrentou essas tradições. Não estou dizendo que tenha enfrentado de forma totalmente satisfatória, mas o governo adotou políticas culturais ativas, com a atuação dos ministros Gilberto Gil e, posteriormente, Juca Ferreira, o que não se deu no governo anterior, baseado nas leis de incentivo e nas leis de mercado para resolver tudo. O Estado não intervinha, não tinha políticas culturais. Isso mudou no governo Lula, apesar dos limites. O problema do autoritarismo também foi considerado. Tradicionalmente, todos os grandes investimentos na área da institucionalidade cultural, ou seja, de criação de órgãos no Brasil, tinham acontecido nos momentos autoritários. Basta lembrar que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje IPHAN, foi criado em 1937, no governo Vargas, e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi criada em 1975, durante a ditadura militar. Então surgiram políticas culturais em um governo democrático e isso foi uma novidade no Brasil. Para contornar o problema da instabilidade, que é característico da gestão pública no Brasil por causa da descontinuidade administrativa, o governo atuou de duas maneiras: de um lado, elaborou um Plano Nacional de Cultura, que ainda deve ser aprovado no Congresso Nacional e é o sistema nacional de cultura. Quando for criado o sistema nacional de cultura, teremos a estabilidade, no verdadeiro sentido da palavra: significa que teremos fundos de cultura municipais, estaduais e nacional e também conselhos e órgãos de cultura. Esse enfrentamento não é ainda totalmente satisfatório. No entanto, mesmo desenvolvendo toda uma política na área de diversidade cultural no país, o governo Lula não conseguiu mudar a política de financiamento. Hoje vivemos um descompasso entre as políticas de financiamento e as políticas a favor da diversidade cultural. As leis de incentivo previstas pelo Plano Nacional são responsáveis por 90% dos recursos. É preciso que elas sejam compatíveis com a diversidade cultural. Não pode haver uma política de diversidade cultural sem uma forma de financiamento compatível com ela.

Como nossas leis de incentivo à cultura se apresentam para o artista, pessoa física, que busca incentivo?
Albino Rubim – Leis de incentivo existem em várias partes do mundo e apresentam formas muito diferentes. Em alguns países, elas incentivam principalmente a pessoa física e não a pessoa jurídica. No Brasil a pessoa física quase não tem incentivo para utilizar a lei. Até pode, mas é muito raro as pessoas fazerem isso, porque os incentivos são poucos. Temos uma lei de incentivo que deixa muito a desejar. Apesar de o recurso ser em grande parte público, ela deixa a decisão muito ao alvitre das empresas e, obviamente, elas não vão decidir por uma atividade de luta popular aqui em Goiânia ou no estado de Goiás, ou uma atividade de cultura indígena da Amazônia, ou uma atividade de teatro experimental na Bahia, porque isso não tem repercussão no mercado. Elas vão apoiar, então, o quê? Vão apoiar Ivete Sangalo, vão apoiar quem tem *status*, quem vai alavancar o *marketing* cultural daquela empresa. Portanto, esse tipo de financiamento tem uma direção que não beneficia a diversidade cultural. Logo, há uma incompatibilidade entre uma coisa e outra. Não foi possível mudar a forma de financiamento, isso é complicado.

De que forma essas leis não sufocariam a promoção da diversidade cultural?
Albino Rubim – O problema é que as leis de incentivo no Brasil entraram em vigência num período de grande retração do Estado. Tradicionalmente, o financiamento da cultura era feito pelo Estado nacional, até o aparecimento da Lei Sarney, quando as leis passaram a ser a única forma de incentivo cultural no Brasil. Isso é totalmente sem sentido e em lugar nenhum do mundo essa é a única forma de financiamento da cultura, que é algo muito complexo. Quando falamos em cultura, consideramos desde a cultura popular, a indígena, até o que passa na Rede Globo. Existe uma diversidade imensa. Sendo assim, devemos ter um sistema altamente complexo, que dê conta dessa diversidade, mas é o que não temos no Brasil e isso é um problema.

Kleber Damaso – Com as leis de incentivo surge um discurso de aproximação da produção cultural com o setor privado. Mas, ao longo dos anos, isso não se estabeleceu de forma direta. No final das contas, se se avalia, a verba, que é de isenção fiscal, é uma verba pública. Então, não é a empresa que está patrocinando de fato o artista. O Estado tinha de ter uma responsabilidade maior, de saber como será realizada a distribuição desses patrocínios. Ou seja, há um atravessamento, ao estabelecer o acesso a um benefício público via setor privado e eu acho que existe uma lacuna.

Albino Rubim – Há algo paradoxal: se é criada uma lei de incentivo à cultura para trazer o apoio do setor privado à cultura, nesse momento o Estado se retrai totalmente. Mas se há renúncia fiscal, com uma isenção de 100%, a iniciativa privada não está investindo nada na cultura. Isso vira um paradoxo, porque se está eliminando o dinheiro da iniciativa privada.

Carlos Brandão – A lei estadual em Goiás prevê a isenção de 50%, mas deve passar para 100% de renúncia fiscal.

Albino Rubim – Sou totalmente contrário a isenção de 100%. Acho um despropósito, porque desse modo não há incentivo e acabamos por deseducar a iniciativa privada a colaborar com a promoção da cultura.

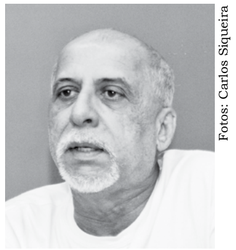
Albino Rubim

Geralmente, no segmento da cultura popular, há grupos pequenos e com pouca instrução, o que os torna reféns da burocracia na hora de elaborar um projeto a ser submetido a um edital. No governo Lula esse aspecto foi atenuado, visando à popularização da cultura?
Albino Rubim – Alguns programas do Ministério da Cultura durante o governo Lula ajudaram a abrir a interlocução no campo cultural. Antes tínhamos uma política cultural voltada para o patrimônio e para as artes. A partir de programas, como por exemplo o Cultura Viva que está em todo o Brasil com milhares de pontos de cultura – não tenho um número preciso, mas estimo que haja de 3 mil a 4 mil pontos de cultura no Brasil –, houve uma abertura para populações que nunca tiveram uma relação cultural com o Estado. Isso foi certíssimo, foi um avanço gigantesco. Tanto que esse programa está sendo copiado por vários países do mundo. O problema é que na hora em que se abre para a participação de determinadas populações que nunca tiveram relação com a cultura, no sentido da democratização, não se pode impor a essas populações a forma tradicional de relação, porque os termos foram pensados para uma comunidade cultural de uma determinada classe social, classe média ou classe alta, que tem uma cultura formal, com a possibilidade de lidar com o Estado dessa maneira. Não estou dizendo que isso seja bom, porque existe burocratização demais, mas apenas que essas classes sabem lidar com isso. A outra parte da população que foi chamada agora a participar, a ter uma relação cultural com o Estado, não tem essa cultura e não terá tão cedo, porque ela estava excluída até então das relações com o Estado. Então, impor que essas populações tenham uma relação formal com o Estado é complicadíssimo. Nesse sentido, podemos citar a experiência muito positiva que ocorreu com a participação das culturas indígenas. A extinta Secretaria da Identidade e da Diversidade fez uma coisa muito positiva. Pela primeira vez, o Estado brasileiro começou a ter uma relação com as populações indígenas por meio do Ministério da Cultura, porque, até então, era por meio do Ministério da Justiça, via Funai. Então, abriram-se editais para contemplar as culturas indígenas. Diferentemente do que ocorre com os editais normais, que exigem a inscrição de um projeto escrito, criou-se a possibilidade de que as comunidades indígenas apresentassem projetos orais. Corretíssimo isso. Olha o absurdo completo que seria pedir para membros de comunidades indígenas escreverem um projeto solicitando apoio para sua cultura que é oral. Seria um "deus nos acuda", uma maluquice! Conseguiu-se dobrar a burocracia e convencer o pessoal de Brasília de que as culturas indígenas deveriam e poderiam apresentar projetos orais.

Isso foi estendido para outros seguimentos?
Albino Rubim – Não sei se foi estendido para outros seguimentos, mas a ideia era fazer isso dar certo. Particularmente para as comunidades indígenas, fez todo o sentido do mundo.

Carlos Brandão – Isso poderia ser aplicado em postos de cultura, ou alguma coisa parecida com isso?
Albino Rubim – Não. Creio que com os pontos de cultura seja um pouco diferente. Pontos de cultura têm de tudo também. Alguns são universitários, outros não. Existem pessoas ligadas à cultura popular que não estavam a par dessa cultura formalizada. Essas pessoas deveriam ter um tratamento diferente, deveria haver um outro tipo de cobrança, porque não é possível impor uma prestação de contas no nível que é pedido. Desse modo, é claro que todo mundo ficará inadimplente. As pessoas não têm um contador ao lado ou um produtor cultural, como uma empresa de produção cultural. Isso é uma coisa, outra coisa é pegar, por exemplo, uma comunidade de senhoras que faz cultura popular e dizer a elas que elas têm de prestar contas naquele nível de complicação. Não vai dar certo isso.

Kleber Damaso – Creio que isso aponta para a necessidade de setorização. Muito mais no sentido do *modus operandi*. Às vezes, o discurso da diversidade cultural cria um "caldeirão" ,que camufla essas necessidades



Fotos: Carlos Siqueira

Carlos Brandão

pontuais, as quais são específicas e devem ser consideradas. Caso contrário, há um atravessamento em relação à natureza da manifestação cultural.

O poder público tem favorecido, de alguma forma, a projeção da arte e da cultura regional em âmbito nacional?
Carlos Brandão – Como artista, compositor e diretor, ou como produtor, nunca trabalhei pensando em fazer sucesso lá fora. O estado de Goiás é ainda tão pobre quanto à circulação de cultura. Temos 246 municípios no estado e, destes, apenas três são assistidos pela Secult, os demais são esquecidos. Em Goiás o artista não consegue circular no estado para mostrar ao público local o seu CD ou o seu espetáculo. Para mim, o sucesso seria isso: mostrar o que é produzido no seu estado para o seu estado. Por exemplo, conseguir fazer circular o show do cantor local por uns cinquenta municípios, seria um bom começo. Só depois eu pensaria em projeção nacional.

Kleber Damaso – O critério inicial parte muito da necessidade de comunicar e de expressar e esse ainda é o maior esforço do artista. A circulação tem sido considerada uma consequência, não é uma estratégia de divulgação do artista. A cultura do estado tem tido certa repercussão, creio que em decorrência dessa preocupação de adotar uma política regional, por meio da regionalização de editais lançados pelo governo federal. De alguma forma, isso abre um caminho e vejo que grupos estão circulando e conseguindo apresentar um pouco a cultura do estado. Por exemplo, desde minha pesquisa, iniciada em 2000, quando comecei, forçosamente, a abrir alguns campos de circulação no interior, tenho um desejo enorme de trabalhar mais no interior do estado. Mas isso é muito difícil, mesmo com o projeto *Perfume* que venho apresentando. Com ele, já percorremos o Nordeste e outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas ainda não consegui levar para o interior de Goiás.

Carlos Brandão – Esse é um exemplo clássico. Assim como o projeto Grande Hotel Revive o Choro. Ele começou apenas com a apresentação de grupos de chorinho e hoje apresentam-se grupos de samba e MPB. Tem sido registrado um público com cerca de três a quatro mil pessoas por sexta-feira. Acho que a iniciativa tornou-se uma das grandes atividades públicas de cultura do país, pelo alcance que conseguiu em Goiânia. Quando produzia o projeto, levei a Cláudia Vieira, uma das cantoras goianas mais conhecidas no estado e me perguntaram: quem é essa cantora tão boa? Percebi que Goiânia não sabe quem é a Cláudia Vieira. Então é assim: o artista tem de fazer sucesso primeiro na cidade onde trabalha.

E há incentivo para trazer artistas de fora?
Carlos Brandão – É preciso também trazer gente conhecida, não há como fugir disso. E quem traz esse pessoal é porque conseguiu o apoio da Lei Rouanet.

Albino Rubim – Temos alguns problemas muito sérios no Brasil, quando consideramos as culturas regionais. O primeiro é que temos movimentos culturais muito fortes, mas totalmente expulsos de uma coisa fundamental no Brasil que é a televisão. Nosso sistema de televisão foi montado de uma forma muito singular e não nos damos conta disso. Uma televisão que funciona em rede o tempo todo é raríssimo de acontecer no mundo. Na maioria dos países funciona assim: em rede nacional só determinada quantidade de tempo, depois é regional. Já a TV brasileira funciona em rede nacional o tempo todo, o que sobra de regional é nada. Segundo problema: as televisões no Brasil produzem praticamente toda a sua programação, com exceção de duas coisas: os enlatados norte-americanos e, mais recentemente, os programas religiosos. O resto é tudo programação que a própria TV produz e isso, em vários países do mundo, é proibido. Por exemplo, existem países democráticos em que as emissoras só podem produzir 30% da sua programação, tendo de comprar o resto fora. Por que isso? Porque significa ter pluralidade de olhares e não só o de quem está produzindo o tempo todo. A diversidade de olhares é fundamental para um país democrático, para preservar a pluralidade de ideias. Temos dois problemas sérios com a exclusão das culturas regionais da TV brasileira: um, o que

Kleber Damaso

vemos na TV de cultura amazônica, ou de cultura gaúcha ou nordestina? Quando vemos algo, é só estereótipo. Dois, as culturas regionais ficam enquistadas nos estados e regiões, não conseguem ter expressão nacional. E a TV tem um peso enorme na cultura brasileira, a gente queria ou não queira.

O Plano Nacional de Cultura, que traz as metas e diretrizes, contempla esse problema?
Albino Rubim – Temos um grande problema, e o governo Lula teve muita dificuldade quanto a isso, que é o enfrentamento da questão da comunicação. Toda vez que é proposta qualquer medida em relação à comunicação, surgem sempre aquelas pechas: "é autoritarismo", "é stalinismo", isso ou aquilo. E nunca se democratiza a comunicação no Brasil. Nossa comunicação é absolutamente não democrática. Ela não é aberta, não é permeada pelo campo da cultura e isso é péssimo.

De que forma o governo deveria intervir?
Albino Rubim – Na minha opinião, o governo deveria ter políticas mais claras nessa área. O governo Lula teve uma série de ministros de Comunicação que foram péssimos, cada um pior que o outro. A TV pública saiu no Brasil, mas quem foi o motor que impulsionou a TV pública, com todas as limitações que ela tem hoje? Foi o Ministério da Cultura. E quem foi que tentou bloqueá-la o tempo todo? Foi o Ministério das Comunicações. O tempo todo esse ministério foi contra e tentou boicotar ações como a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a TV Brasil, por exemplo.

O senhor acha que foi *lobby* das empresas de comunicação?
Albino Rubim – A Constituição Brasileira diz que a programação das TVs será regionalizada, mas não diz o percentual. Esse item da Constituição até hoje não foi regulamentado, desde 1988. Quem não deixou regulamentar? Quantos deputados e parlamentares já entraram com projetos para definir esse percentual e não conseguiram? Quem conseguiu aprovar pelo menos 30% de programação regional dentro da grade diária das emissoras? Ninguém conseguiu, até hoje, fazer isso avançar no Congresso Nacional, por causa do *lobby* das empresas que não querem. É muito mais lucrativo deixar a TV funcionando em rede o tempo todo. Mas em termos culturais, não, é desastroso.

Em que medida o que se delineia para a cultura pode repercutir positivamente como solução para o grande e perene problema da educação no Brasil?
Albino Rubim – Acho que a rigor, só teremos políticas culturais sérias e consistentes se houver vínculos com várias áreas, mas duas são essenciais: a educação e a comunicação. A cultura tem uma relação muito íntima com ambas as áreas. Se não tivermos políticas culturais que dialoguem com as políticas educacionais e de comunicação, não iremos muito longe, ficaremos isolados. Qual o drama de dialogar com a educação? Realmente houve um divórcio entre cultura e educação no Brasil. Parece que a escola não é um ambiente cultural. Mas ela tem de ser o primeiro grande ambiente cultural, até mesmo para que tenhamos depois um público no campo da cultura. Esse divórcio é muito prejudicial para a educação, de um lado, e mais prejudicial ainda para a cultura, pois deixa-a muito fragilizada. Temos de criar essa conexão novamente. Não é fácil, até porque o Ministério da Educação é um ministério gigante e o Ministério da Cultura é um ministeriozinho. Comparando, é como ter Golias dialogando com Davi. Como já tinha dito, se tivéssemos uma rede de comunicação no Brasil que contemplasse as culturas regionais, teríamos outro momento no país, com uma cultura muito mais rica. Veríamos que a cultura estaria circulando na casa de todo mundo pela televisão. O problema é unir isso, é fazer isso funcionar. Mas uma coisa é ter vontade transpor barreiras, outra é ter como saná-las.

Carlos Brandão – Acompanhei dois projetos em Goiânia que trabalharam educação e formação de público. Mesmo sendo bastante simplórios, levavam literatura, música, teatro, dança e circo para as escolas. Foram realizados cerca de 700 espetáculos durante um ano. Ouvi depoimentos emocionadíssimos dos artistas e do público. Essas experiências serviram para mostrar que a relação entre cultura e educação ainda tem muito a ser discutida.

Goiás é um dos cinco estados que participarão do projeto piloto *Criativa Bureau*, dentro do programa Economia Criativa, proposto pelo governo federal, com o apoio do Sebrae. Essa iniciativa pode ser uma alternativa para superar as desigualdades de acesso à cultura?
Albino Rubim – Acho superimportante que o Ministério da Cultura haja criado esse projeto. Apesar de eu ter um "senão" com essa ideia de economia criativa, reconheço a importância de levantar a discussão sobre essa área. Alguns setores da cultura tornaram-se muito relacionados com a economia e é importante que o ministério tematize isso. A proposta do programa chamado Brasil Criativo foi elaborada não só pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Economia Criativa, mas envolveu também outros 12 ministérios e foi encaminhada à Casa Civil. Se esse programa for encampado pela Presidência, teremos um programa forte, mais amplo, envolvendo outros ministérios. Não se trata de um programa de acesso à cultura e, sim, uma série de iniciativas no campo da economia criativa. O que se chama de economia criativa é o que hoje existe no mundo inteiro referente a uma série de atividades do campo da economia que guarda uma relação muito forte com o campo da criatividade. Seria, então, um programa para incentivar esse tipo de economia vinculada à criatividade. Seria bom para o Brasil não ficar fora disso, porque vários países já têm programas voltados para essa área.

Outros tópicos da mesa-redonda em: www.jornalufgonline.ufg.br

Câmpus Jataí desenvolve estudo sobre tambaqui e tilápia

Fundamental para o desenvolvimento da piscicultura no Brasil, o manejo dessas duas espécies, em especial o tambaqui, ainda carece de informações em pontos cruciais como aproveitamento nutricional

Kharen Stecca e Tiago Gebrim

Não é novidade que a criação de peixes em larga escala, com fins alimentícios, é uma via rentável do agronegócio. Em Goiás, por exemplo, a piscicultura tem alcançado a média de produção anual de 18.750 toneladas de pescado, o que faz do estado o sétimo maior produtor do país e segundo maior da Região Centro-Oeste, ficando atrás de Mato Grosso, cuja produção já ultrapassa as 35 toneladas por ano. A riqueza de recursos hídricos e as condições climáticas são dois fatores que tornam esta região favorável à piscicultura. Aliado a isso, como informa Igo Guimarães, professor do Departamento de Zootecnia do Câmpus Jataí da UFG, este é o setor de produção animal que mais cresce no país e no mundo.

Apesar das condições favoráveis, essa atividade ainda é subexplorada em solo goiano. Informações específicas que detalhem a produção por microrregião, por exemplo, são escassas. "Os dados existentes são de ordem mais generalista, não há nada a respeito de quais regiões do estado têm tido maior crescimento. Entretanto, nota-se que grande parte dos empreendimentos piscícolas fixam-se mais na parte norte em virtude das altas temperaturas durante todo o ano, apesar de Goiás inteiro apresentar produtores interessados nesse ramo do agronegócio", informa o Igo Guimarães.

Graduados em Zootecnia, Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura, Medicina Veterinária e Ciências Biológicas estão aptos a trabalhar na produção de pescados. Porém, como frisa Igo Guimarães, apenas Engenharia de Pesca e Zootecnia têm obrigatoriamente em seu currículo disciplinas relacionadas com a pesca. "Todos esses profissionais são necessários para o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura e aquicultura, entretanto nem todos se interessam pela área. No estado de Goiás, até o presente momento, não há relato de nenhum curso de Engenharia de Pesca ou mesmo pós-graduação em Aquicultura que possa ser destacado", informa o professor. De acordo com ele, o zootecnista e o engenheiro de pesca são os profissionais mais frequentemente contratados para o manejo e o planejamento da produção, embora os médicos veterinários sejam também indispensáveis nessa atividade: "um dos maiores problemas enfrentados na produção de peixes é o aspecto sanitário e o controle de doenças nos tanques, uma vez que, quando uma doença ou parasita instala-se num tanque de produção, poucos são os recursos efetivos para tratar os animais", explica Igo Guimarães.

Divulgação

Sistema de circulação de água utilizado para experimentos de nutrição com peixes em laboratório

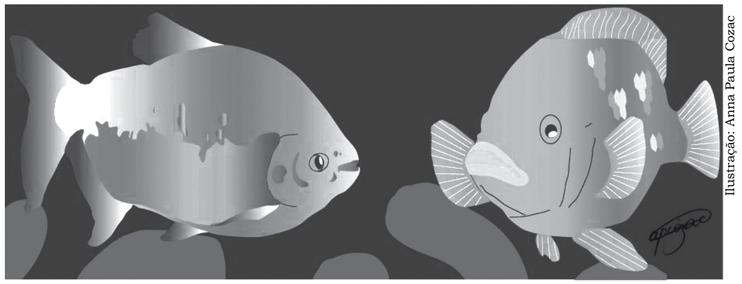


Ilustração: Anna Paula Cozac

Espécies e pesquisas

As pesquisas desenvolvidas atualmente pela UFG, algumas em parceria com outras instituições, estão voltadas para as duas espécies que, por seu grande potencial produtivo, são as mais cotadas para o desenvolvimento da piscicultura nacional: a tilápia e o tambaqui. A primeira, conhecida por sua resistência e reprodutibilidade razoavelmente fácil, tem, nas palavras do professor Igo Guimarães, "várias informações e pacotes tecnológicos de produção já bem desenvolvidos". Contudo, ressalva ele, há alguns gargalos e aspectos produtivos que precisam ser melhorados em sua produção. Já sobre o tambaqui, uma das espécies eleitas pelo governo brasileiro para a piscicultura, o professor explica que existem poucos estudos abordando aspectos de sua nutrição. Em atenção a isso, um grupo formado por pesquisadores da UFG e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com parceiros da Universidade Federal de Alagoas, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto (Portugal), tem planejado o desenvolvimento de um programa nutricional específico para o tambaqui.

Em seu trabalho de pesquisa, o professor Igo Guimarães relacionou cinco projetos em desenvolvimento pela UFG. O primeiro deles trata da "determinação da exigência de fósforo para diferentes espécies de peixes", assunto que tem importância fundamental, tanto na produção dos animais como na manutenção do ambiente aquático em que eles estão. Conforme explica o professor, o conhecimento da exigência em fósforo é necessário porque esse nutriente, quando em grandes quantidades no alimento, é excretado para o ambiente aquático, podendo ocasionar a eutrofização do meio, o que reduz a sustentabilidade ambiental da produção de peixes. "Assim, a determinação da exigência em nutrientes para peixes é uma forma de reduzir os custos com a nutrição e a alimentação, que, dentro dos sistemas de produção intensivos, contribuem com aproximadamente 70% do custo total de produção", esclarece.

Outros dois projetos têm ligação direta com o tambaqui. São eles a "avaliação da digestibilidade de alimentos" e a "avaliação de protocolos experimentais para avaliar a digestibilidade de alimentos". A primeira pesquisa procura produzir os chamados valores de digestibilidade usados para formulação de ração, de forma que a indústria tenha dados de quanto o peixe aproveita do alimento ingerido. Os resultados podem contribuir para a formulação do que Igo Guimarães nomeia como dietas ambientalmente corretas ou *eco-friendly diets*, que causam menos poluição do ambiente aquático. A outra, também relacionada ao tambaqui, visa ao desenvolvimento de uma metodologia de coleta de excretas que reduza um erro inerente a esse processo, que é a lixiviação dos nutrientes presentes nas fezes na água. "Com os resultados, pudemos observar que, para o tambaqui, as coletas devem ser realizadas em intervalos mais curtos, uma vez que há uma alta taxa de lixiviação dos nutrientes nas fezes. Entretanto, estamos desenvolvendo outros experimentos para que nossos resultados anteriores sejam comprovados", informa Igo Guimarães.

Outros dois projetos de pesquisa estão em curso. Um deles, "avaliação de aditivos para a tilápia na fase inicial de desenvolvimento", trata da eficácia de imunoestimulantes no desenvolvimento de indivíduos dessa espécie em sua fase inicial, mas, em decorrência de dificuldades relacionadas à infraestrutura, ainda não está finalizado. O outro abrange o tambaqui, a exemplo das pesquisas anteriores, embora não se restrinja a ele. "Avaliação de produtos que reduzam o teor de gordura da carcaça de peixes redondos" é o título do projeto que pretende trabalhar a redução da capa de gordura normalmente adquirida pelo tambaqui, o pacu e a pirapitinga quando ultrapassam o peso de 1,5 kg. Conforme explica o professor, "os consumidores, normalmente, não apreciam comer peixe com alta quantidade de gordura. Além disso, há o problema da redução do tempo de prateleira dos produtos originados dessas espécies, decorrente da fácil oxidação da gordura dos peixes". O estudo em andamento avalia o efeito do aditivo ractopamina na regulagem da redução de gordura por meio da avaliação fisiológica dos peixes. Esse aditivo já vem sendo usado em suínos com o mesmo propósito.

Mudanças climáticas devem afetar a produção de frutos do Cerrado

Estudo realizado em uma parceria entre a UEG Anápolis e a UFG Câmpus Jataí mostra que dezenas de municípios cerradeiros terão potencial de produção do pequi reduzido

Kharen Stecca

Um estudo realizado por professores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em parceria com pesquisadores do Câmpus Jataí da UFG está avaliando o impacto que as mudanças climáticas terão sobre a distribuição geográfica e persistência de espécies vegetais do Cerrado. O impacto das mudanças climáticas sobre as espécies, incluindo as alterações na sua distribuição geográfica ou de suas características biológicas, tais como intensidade de floração ou frutificação, pode afetar diretamente populações humanas, em especial, quando tais espécies são utilizadas de uma forma biologicamente sustentável, principalmente nos países em desenvolvimento.

Foto: Acervo pessoal

Professora Levi Carina Terribile que coordena estudo em Jataí

O trabalho foi desenvolvido dentro do projeto "Modelos de nicho ecológico, distribuição potencial e os efeitos das mudanças climáticas em espécies do Cerrado", coordenado pela professora Levi Carina Terribile, do curso de Ciências Biológicas do Câmpus Jataí. O projeto faz parte da rede de pesquisa Genética Geográfica e Planejamento Regional para Conservação de Recursos Naturais no Cerrado (Genpac), apoiado pelo CNPq/MCT/Capes/FAPs. Também participam do projeto os professores Matheus de Souza Lima-Ribeiro (UFG Câmpus Jataí), Thiago Fernando Rangel (UFG Goiânia) e João Nabout (UEG Anápolis), além de pesquisadores de instituições privadas, pesquisadores estrangeiros, estudantes de graduação e pós-graduação.

"O objetivo da pesquisa é entender como as espécies respondem às mudanças climáticas, a fim de subsidiar estratégias de conservação economicamente importantes para determinadas regiões, como é o caso do pequi no Centro-Oeste, que representa uma fonte de renda para pequenos produtores de subsistência em escala local por meio do extrativismo natural", explica a coordenadora do projeto. Há estudos em andamento também com a mangaba, outro fruto do Cerrado, e culturas agrícolas tradicionais no bioma, como a soja e o algodão.

A pesquisa – A partir de dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em todo o Cerrado brasileiro, que cobre uma área estimada em 2 milhões e 45 mil quilômetros quadrados, foram identificados 150 municípios de todas as regiões que produziram pequi em um período de dez anos (de 2000 a 2009). Para cada município foi calculada a média da produção anual. "Como esses municípios têm diferentes áreas geográficas, a produção média por quilômetro quadrado também foi ponderada", ressalta a professora. Com a ajuda do *software* Maxent, foram cruzados os dados de temperatura máxima e mínima, precipitação anual e variações de temperaturas anuais com os dados de distribuição atual do pequi e cenários climáticos futuros. Isso possibilitou desenhar um cenário sobre o potencial de produção de pequi no Cerrado até o ano de 2050.

Foto: João Caetano

Desafio da pesquisa é compreender a reação de espécies nativas de importância econômica, como o pequi, às mudanças climáticas que estão ocorrendo

Os resultados mostram que a maior parte dos municípios produtores do pequi, em especial Lontra, no norte de Minas Gerais, que tem a maior produção de pequi entre os municípios pesquisados (mais de 500 quilos por quilômetro quadrado), poderá ter a produção afetada pelas mudanças climáticas. A previsão, de acordo com a pesquisa, é de que em pelo menos 30 municípios as condições climáticas ideais para a produção de pequi sofrerão mudanças importantes, possivelmente inviabilizando sua produção.

Levi Carina também ressalta outro dado importante: em regiões com grande potencial para a produção de pequi, não foi registrada alta produção. "Isso provavelmente se deve à falta de apoio à exploração sustentável por parte dos governos locais, que priorizam a produção de outras culturas, tais como soja e cana-de-açúcar, consideradas mais rentáveis", explica a professora.

O estudo, porém, não é conclusivo. Algumas variáveis que podem alterar os resultados não foram estudadas, como o uso da terra, a composição do solo e as interações bióticas, como perda de polinizadores ou sementes dispersoras. "Nosso objetivo é organizar uma ampla base de dados climático-ambientais e das espécies do Cerrado que nos permita analisar os efeitos das mudanças climáticas sobre essas espécies, bem como elaborar estratégias mais eficientes de conservação e manejo da biodiversidade desse bioma", ressalta a professora Levi Carina Terribile.

Atualmente, vários outros estudos estão em andamento no contexto da Rede Genpac. Entre eles, incluem-se os que avaliam a perda de diversidade genética em decorrência das mudanças climáticas e a identificação de áreas importantes para a conservação das espécies do Cerrado, bem como estudos que visam aprimorar as ferramentas de análise dos dados.

Foto: João Caetano

Fruto do pequi, obtido predominantemente por extrativismo, é um dos mais apreciados do Cerrado

Pós-graduandos da UFG fundam associação

Assembleia elegeu primeira diretoria e definiu diretrizes para a organização da Associação dos Pós-Graduandos

Foto: Thamara Fagury

Na mesa diretiva, a professora Silvia Zanolla, que proferiu a palestra de abertura, e os pós-graduandos Paulo Winícius e Ricardo Rodrigues

Layane Palhares

Em uma Assembleia Geral realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito, no dia 5 de junho, foi eleita a diretoria da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da UFG, uma entidade que representa os estudantes de especialização, mestrado e doutorado dos Câmpus de Goiânia, Jataí e Catalão. Estiveram presentes estudantes da pós-graduação, professores, o diretor da Faculdade de Direito, Nivaldo Santos, e a diretora do ANDES-SN, Kátia Lima, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os membros da diretoria da Associação dos Pós-Graduandos eleitos são: Rafael Moreira, alunos do mestrado em Sociologia; Larissa Leal, Miguel D`Abadia, Gyannini Jácomo e Thaise Monteiro, mestrandos em Literatura; Leandro Viana, do mestrado em Educação; Nara Letycia e Paulo Winícius, mestrandos em História; Josias Freire e Ricardo Rodrigues, doutorandos de História; Julia Isabelle, do mestrado em Linguística, e Moacir Cabral, aluno de Especialização em História Cultural.

Segundo o aluno do mestrado em História e membro da coordenação da recém-eleita APG, Paulo Winícius, a associação surgiu da necessidade dos pós-graduandos de se organizarem para defender melhores condições de trabalho na pesquisa e no estudo, lutando de maneira integrada ao lado dos professores e demais segmentos por melhorias na própria universidade.

A assembleia começou com uma exposição da professora da Faculdade de Educação, Sílvia Zanolla, acerca dos dilemas da pós-graduação e da pesquisa no país. "A importância da criação de uma associação é muito grande, porque, além de mobilizar a pós-graduação e realizar debates, é também uma possibilidade de os estudantes terem uma visão mais crítica sobre as leis e diretrizes da política educacional, que é extremamente produtivista e faz com que a qualidade fique abaixo da quantidade", disse Silvia Zanolla.

Os presentes aprovaram o estatuto e um conjunto de propostas. Também foram deliberadas campanhas e resoluções, como a luta pela universalização das bolsas de estudo, por assistência estudantil e pela gratuidade das especializações. Paulo Winícius disse que a nova entidade lutará contra as interferências da iniciativa privada e do mercado na produção científica e pela defesa da aplicação de verbas públicas na educação pública.

APG-UFG se reúne com Reitor

Na mesma semana da eleição do DCE, parte da diretoria eleita da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da UFG apresentou-se ao reitor, levando a ele as deliberações, além de uma série de reivindicações acerca da política de assistência estudantil e também de questões específicas da pós-graduação.

No encontro, foram destacadas questões importantes como a reivindicação da presença de representantes da pós-graduação, com direito a voz e voto nas Câmaras e Conselhos da UFG, bem como nas comissões que estão debatendo a reformulação do estatuto da universidade.

Segundo o aluno do mestrado em Matemática Flávio Morais, a participação e contribuição continua aberta a todos que se identificarem com os princípios e o programa de lutas da entidade. O contato pode ser feito pelo blog **www.apgufg.blogspot.com** e também pelo e-mail **apgufg@gmail.com**.

Centro de Línguas: mudanças no ingresso

O Centro de Línguas (CL) da UFG, ligado à Faculdade de Letras, anunciou mudanças na forma de ingresso de novos alunos para os cursos de idiomas oferecidos regularmente. A partir do segundo semestre de 2012, a seleção, que tinha como critério a ordem de chegada, será feita por sorteio. Para isso, os interessados nos cursos deverão se inscrever na página do CL (www.letras.ufg.br/cl), com antecedência. As inscrições para a primeira seleção por sorteio, para ingresso nos cursos deste semestre, foram realizadas em julho. Para os veteranos, cuja matrícula sempre ocorre antes dos calouros, não há mudanças e todos devem seguir o calendário disponível na página do CL. No Centro de Línguas da UFG é possível cursar inglês, francês, italiano, português e libras. Os cursos, de qualidade e oferecidos a um custo bem abaixo do mercado, têm sempre grande procura. Mais informações na página do CL (www.letras.ufg.br/cl) ou pelo telefone (62) 3521-1412.

UFG é destaque na área de biodiesel

A UFG foi destaque no 5º Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), realizado em conjunto com o 8º Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel. O Congresso da RBTB é um dos maiores do mundo na área de biodiesel e, em abril deste ano, foi realizado em Salvador (BA), tendo sido a abertura dos trabalhos efetuada pelo governador da Bahia, Jaques Wagner, e pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp.

Dos quase mil trabalhos científicos apresentados, 23 foram de autoria de alunos da UFG, alguns em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), UFSCar, UFPB, UFSC, UFPR e UFRJ. E dos 30 trabalhos considerados os mais relevantes e agraciados com o "Prêmio Ciência, Tecnologia e Inovação em Biodiesel", seis são de autoria de alunos de graduação em Química e pós-graduação em Química e em Ciências Ambientais da UFG, orientados por docentes dos Institutos de Química (IQ) e de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP):

- *Purificação de biodiesel pela utilização de adsorventes naturais: sorção de ácidos graxos livres e de esteroides livres presentes na matéria insaponificável* (Marcos Alexandro Abreu e Silva, Weine Amorim Azeredo, Cárita Lorenza Santos Sousa, Kelly da Silva Bezerra, Carolina Porto Prado e Nelson Roberto Antoniosi Filho);
- *Estudo da potencialidade de microalgas dulcícolas como fonte de matéria-prima graxa para a produção de biodiesel* (Rafael Silva Menezes, Aline Terra Soares, Maria Inês Gonçalves Leles, Célia Leite Santanna, Armando Augusto Henriques Vieira e Nelson Roberto Antoniosi Filho);
- *Estudo comparativo da termogravimetria (TG) e o método padrão (ASTM D4530) para determinação do resíduo de carbono em biodiesel* (Pedro Ivo Brandão e Melo Franco, Waldemar Pacheco de Oliveira Filho, Maria do Socorro Maia Quintino, Eder Márcio Silva de Oliveira, Nelson Roberto Antoniosi Filho e Maria Inês Gonçalves Leles);
- *Avaliação do tipo de sistema e tempo de extração na biomassa de microalgas* (Aline Terra Soares, Bruna Ferreira Silva, Dayane Cristina da Costa, Rafael Silva Menezes, Roberto Biachini Denner e Nelson Roberto Antoniosi Filho);
- *Análise do perfil de ácidos graxos de amostras da microalga marinha* Nannochloropsis oculata *que foram obtidas a partir de diferentes cultivos* (Francis Josiane Liana Baumgardt, Michael Anderson Prado, Dayane Cristina da Costa, Arion Zandona Filho, Paulo Cesar Abreu, Nelson Roberto Antoniosi Filho e Luiz Pereira Ramos);
- *Produção de biossurfactante por bactérias isoladas de biodiesel* (Aysha Jussara Ivonilde Carrim, Thaís Maitan Vieira, Geraldo Sadoyama e José Daniel Gonçalves Vieira).

Os orientadores dos trabalhos premiados da UFG – Nelson Roberto Antoniosi Filho, Maria Inês Gonçalves Leles (IQ) e José Daniel Gonçalves Vieira (IPTSP) – afirmam que, atualmente, a instituição tem papel de destaque na consolidação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, atuando na coordenação de vários projetos de pesquisa, na publicação de artigos e trabalhos científicos, na proposição de normas técnicas e no depósito de patentes. Nesse sentido, durante o evento, Nelson Roberto Antoniosi Filho ministrou palestra, apresentando patente desenvolvida no Laboratório de Métodos de Extração e Separação (Lames/IQ/UFG), referente a processo inovador de produção de biolubrificantes e biograxas a partir de óleos e gorduras vegetais ou animais, a qual foi desenvolvida no Lames, pela professora Maria Isabel Ribeiro Alves e pela mestre em Química Carolina Guimarães de Souza.

O próximo Congresso da RBTB será em 2014. A comissão organizadora pretende realizá-lo em Goiânia, nas dependências do Centro de Cultura e Eventos, no Câmpus Samambaia.

*Patrícia da Veiga**

É possível inverter a ordem (da pauta)?

A historiadora Virgínia Fontes, em um texto intitulado *Intelectuais e mídia: quem dita a pauta?*, problematiza o contexto da formação da opinião pública no Brasil e aponta a existência de uma ação no sentido de direcionar os temas em exposição e em debate na mídia. Ela faz menção à ideia, apresentada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, de que o intelectual não é somente o ator social que se dedica a pensar o mundo, mas também o que organiza e distribui as ideias elaboradas sobre a "realidade" nesse mundo. O intelectual nesses moldes é, então, o sujeito responsável pela construção do ideário de sociedade que acompanha as forças produtivas que, em determinadas condições históricas, se fazem hegemônicas. Esse intelectual está distribuído em instituições financeiras, no aparato do Estado e por entre a sociedade civil, "forjando uma sociabilidade peculiar", ou seja, tendo como "função" formular ou reforçar conteúdos que sirvam de orientação moral ou de "formação humana para o capital".

Em cada conjuntura, por certo, as ideias a serem compartilhadas correspondem a um tipo de discurso. Em tempos de crise estrutural e profundo rearranjo das concepções capitalistas, Virgínia Fontes pergunta: quais os novos "prepostos" dos grupos dominantes? Os profissionais da mídia, comumente rotulados como "formadores de opinião"? Desde meados do século XX, o jornalismo brasileiro experimenta um processo de implantação de um fazer empresarial que demanda uma rotina produtiva complexa e estimula a reprodução de um conteúdo previamente preparado pelas assessorias de comunicação. É assim que, antes de lançar os temas ao seu público, os jornalistas são pautados.

Bem recentemente, com a realização da Agro Centro-Oeste Familiar, uma feira promovida pela UFG e parceiros com o objetivo de divulgar o potencial de famílias agricultoras tradicionais e assentadas, nos deparamos com a popularização do termo "agricultura familiar" e com a possibilidade de abordar esse conceito com a comunidade universitária e com a mídia. O que se vê em jornais, revistas especializadas, programas de televisão ou rádio, e até mesmo nos sites de notícia da internet, veículos comumente comandados por conglomerados empresariais, são reportagens que abordam o desenvolvimento da balança comercial, a produção de *commodities*, as técnicas para tornar as culturas cada vez mais infalíveis e o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. No entanto, sabemos que a vida no campo é mais do que isso.

Ao integrar a comissão organizadora do evento e assumir tarefas voltadas para a comunicação, consideramos ter a oportunidade de falar da visão de mundo camponesa, da forma como mulheres e homens resistem na terra e, consequentemente, de reforma agrária. Foi assim que buscamos refletir sobre a produção possível em pequenas glebas de terra, a diversificação de culturas e outras atividades do campo, a organização conjunta em associações e cooperativas, a produção para a subsistência, para a troca e para a fartura de pessoas que vivem juntas, as temáticas que afligem os movimentos sociais camponeses etc. A cada reportagem ou notícia feita para o site da feira (www.agro.ufg.br/agrocentro) ou para os veículos internos da UFG (site e jornal), a cada sugestão de pauta enviada às empresas de mídia e a cada aproximação com organizações camponesas houve a tentativa de falar sobre os principais aspectos que constituem as formas de sobreviver e de produzir que não correspondem, necessariamente, ao agronegócio.

Comemoramos, por um lado, essa chance de dar visibilidade à agricultura familiar. É a produção nesse patamar uma alternativa de sobrevivência autônoma no campo – quiçá a que mais se aproxima da sustentabilidade, com práticas ecológicas e mantenedoras da vida. Por outro lado, reconhecemos que esse termo, sobretudo nas políticas públicas brasileiras, é alimentado juntamente com a ilusão de que a "pequena produção", vinda de agroindústrias familiares, por exemplo, um dia, será integrada ao agronegócio.

A convivência com o segmento foi uma experiência conflituosa e singular. Portanto, a nosso ver, mais importante do que uma conclusão de "sucesso" é a identificação de questionamentos que podem resultar em debate. O termo "agricultura familiar" implica, de fato, integração, reforma ou transformação (social e produtiva)? Que "prepostos" e pressupostos o disseminaram, até chegar à UFG? O que deveria ser debatido juntamente com o termo "agricultura familiar", caso exista uma tentativa real de contra-hegemonia? É possível que a comunidade universitária se lance à tarefa franca de pautar a si mesma e, em um segundo momento, também a mídia, para uma releitura de questões contemporâneas?

**Patrícia da Veiga é servidora técnico-administrativa da UFG, jornalista e mestre em Comunicação.*

CAI
Coordenadoria de Assuntos Internacionais

Estudantes selecionados para programas de intercâmbio reuniram-se na Reitoria

No mês de maio, um grupo de 53 estudantes, cujo intercâmbio internacional está previsto para o segundo semestre de 2012, reuniu-se com o reitor Edward Madureira Brasil e representantes da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) no prédio da Reitoria. Segundo a Coordenadora de Assuntos Internacionais, Ofir Bergemann, a maioria desses estudantes foi contemplada com bolsas de auxílio financeiro (Programa Ciência sem Fronteiras, Capes-Fipse, Capes-Brafitec, Capes-Brafagri, entre outros). "Apenas seis dos 53 estudantes intercambistas viajarão sem apoio financeiro, mas, ainda assim, irão para universidades estrangeiras que têm convênio com a UFG", explicou. Quase todos esses estudantes já foram aprovados em todas as etapas do processo seletivo referente à sua mobilidade e preparam-se para partir. Eles representam diferentes unidades acadêmicas da instituição, em três áreas do conhecimento – Humanas, Exatas e Biológicas. O destino dos estudantes são países da Europa, América Latina e América do Norte, principalmente Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Argentina. Segundo o reitor, os estudantes pioneiros do programa Ciência sem Fronteiras, com base no relato de suas experiências, podem contribuir para o aperfeiçoamento do programa. "O país está investindo no futuro por meio da proposta de enviar estudantes para o exterior, e cabe a eles representar o Brasil e fazer valer essa experiência e o compromisso com a construção de um país melhor", afirmou o reitor.

Monitor da Comissão Europeia visita a UFG para análise da atuação do IBE

No dia 16 de maio, o reitor Edward Madureira, juntamente com a Coordenadora de Assuntos Internacionais, Ofir Bergemann, e o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Anselmo Pessoa Neto, recepcionaram o monitor da Comissão Europeia, Maurício Benito, que se reuniu também com alguns pesquisadores da UFG. Ele veio à UFG com o objetivo de conhecer as atividades realizadas pelo Instituto de Estudos Brasil Europa (IBE), do qual a UFG faz parte. De acordo com Maurício Benito, a ideia do projeto IBE, financiado pela Comissão Europeia, é "criar um espaço de debate em políticas públicas, a partir das experiências na Europa, que podem ser interessantes para o Brasil, e fazer um intercâmbio dessas experiências". Esse intercâmbio abrange diversas áreas temáticas e busca integrar não somente o setor acadêmico, como também setores externos à universidade, como a administração pública, o setor não governamental e o pequeno e médio empresariado. Entre as atividades já realizadas está o 1º Congresso Anual do IBE, ocorrido em novembro de 2011 em Goiânia, realizado pela UFG, cujo tema foi "Cidades inteligentes, cidades humanas". Segundo Ofir Bergemann, "a temática visava atingir os temas maiores da discussão Brasil-Europa, que são direitos humanos, gênero, meio ambiente, entre outros".

Prêmio prestigia a aproximação entre comunidades de língua portuguesa

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) atribui anualmente um prêmio denominado Fernão Mendes Pinto à dissertação de mestrado ou tese de doutorado que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa. O trabalho deve ter sido defendido durante o ano civil anterior ao da premiação. O valor do Prêmio Fernão Mendes Pinto, resultado de uma parceria entre a AULP e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), é de 8.000€ (oito mil euros), a serem atribuídos ao autor da pesquisa, cuja publicação será de responsabilidade do Instituto Camões. Mais informações no sítio http://www.aulp.org/parcerias/premios.

COMUNIDADE PERGUNTA

Santina de Souza Brito – usuária do serviço médico do Hospital das Clínicas

Fernando César Mota – membro do comando da greve dos servidores da UFG

Quais são os serviços considerados essenciais e que permanecem funcionando durante a greve dos servidores da UFG?

O comando local da greve dos servidores reconhece que há situações especiais e que não podem parar sem que haja prejuízos, inclusive contra a vida. Assim, parte dos serviços do Hospital das Clínicas, especialmente o atendimento de urgência (isso não inclui as consultas), alguns outros serviços como a alimentação dos animais do Biotério e o tratamento dos animais do Hospital Veterinário, o manejo dos tanques de peixes da Escola de Agronomia, os animais para experimento que temos no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e alguns outros setores da UFG devem ser mantidos durante a greve. Para verificar mais atentamente e cuidar desses casos, durante a greve, foi destacada uma comissão especial para fazer um mapeamento dos serviços que não podem parar, nos Câmpus I e II da UFG. O objetivo é levantar quais locais precisam funcionar nesse período, caracterizados como serviços essenciais.

Universidade no caminho da inclusão

Projeto de extensão da Faculdade de Educação Física contribui para a inclusão de pessoas com deficiência

Foto: Carlos Siqueira

Na piscina, o projeto mantém, no período vespertino, quatro monitores efetivos e seis voluntários

Anamaria Rodrigues

Ser diferente é normal. Foi com esse lema que surgiu o projeto Dando Asas da Faculdade de Educação Física (FEF), em 2010. Ser uma unidade de ensino que tem como objeto de estudo a prática corporal faz da FEF um espaço particularmente rico em projetos de extensão. São aulas de natação, diversas modalidades de danças, atletismo, lutas, entre outras atividades oferecidas tradicionalmente pela FEF à comunidade.

Em 2009 começa algo diferente. Uma professora recém-chegada percebe que, entre as cerca de 700 pessoas atendidas pela FEF em seus projetos, não havia a presença de ninguém com deficiência. Ao indagar sobre as razões disso, descobre que os impedimentos eram a falta de informação e o receio de atender a essas pessoas de forma não apropriada. Essa professora, Vanessa Helena Santana Dalla Déa, ciente da necessidade, decide implementar um projeto de apoio com a finalidade de trazer informação e condições de adaptação, para que as pessoas com deficiência pudessem ser incluídas nos projetos de maneira adequada. Desse primeiro passo, com muitas ideias, quatro monitores efetivos e muito a fazer, surgiu o Dando Asas.

Para divulgar essa oportunidade oferecida, a organização do projeto recorreu a diferentes instituições. Entidades como a Associação de Síndrome de Down de Goiânia (ASdown) e a Associação de Moradores Samambaia (AMS) tornaram-se grandes parceiras do projeto. Aos poucos, pessoas interessadas foram aparecendo e, em seguida, o " boca a boca" fez o resto.

Ao chegar à FEF para fazer a inscrição, pessoas com deficiências são atendidas pelos monitores do projeto, que analisam o caso de cada uma e elaboram sua ficha. Eles conversam, verificam as dificuldades e possibilidades e encaminham para a modalidade de esporte em que a pessoa melhor se encaixe e que gostaria de praticar. Ao escolher a modalidade, o monitor do projeto repassa ao monitor específico da atividade a ficha e todas as informações necessárias, de forma que ele fique totalmente inteirado do caso. Por fim, o monitor do projeto acompanha a pessoa até o momento em que se complete a inclusão. Estando incluída aquela pessoa, a orientação do monitor é afastar-se aos poucos, pois seu cuidado intensivo já não é mais necessário e a pessoa pode exercitar sua autonomia. A inclusão foi realizada, afinal.

Este ano, a FEF recebeu 32 pessoas com alguma deficiência física. Segundo Vanessa Dalla Déa, a ampliação é feita aos poucos, sem divulgação em massa. Essa cautela explica-se pela prioridade de manter a qualidade do atendimento e não quantidade. "Cada caso é único e deve ser tratado com dedicação", afirma a idealizadora e coordenadora do projeto que lembra também a importância dessa prática para os estudantes da FEF. A presença de pessoas com deficiência faz aumentar as informações na formação inicial desses estudantes. "Ao vivenciarem a inclusão ainda dentro da universidade, eles sairão daqui com uma visão diferenciada", afirma a coordenadora do projeto.

Para manter-se, o projeto tem financiamento da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFG e, mais recentemente aprovado, do Programa de Extensão Comunitária (Proext) do MEC. Com a verba recebida do Proext a coordenação do projeto pretende comprar materiais a serem utilizados na hidroginástica, na natação e na dança, brinquedos, materiais pedagógicos, um elevador para piscina, essencial para a entrada e saída das piscinas de pessoas com deficiência, além de remunerar os monitores.

Um ato de carinho – Além da vontade de promover a inclusão, entusiasma a equipe o desafio que esse trabalho oferece. Tanto a organização quanto os monitores compartilham a ideia de que os diferentes casos, que vão desde síndrome de Down a vítimas de acidentes vasculares encefálicos (AVE), constituem aprendizados que proporcionam a renovação do ânimo. Todos enfatizam a alegria de ver pessoas com deficiência realizando atividades que lhes fazem bem e sentido-se felizes.

A monitora Amanda Fonseca de Lima, do 3º período do curso de Educação Física afirma que esse trabalho é realmente necessário e que é sempre bom ver o avanço dessas pessoas. Assim que entrou na universidade, ela logo se interessou pelo projeto, trabalhando por um ano como voluntária. Depois de adquirir experiência, acabou se tornando monitora efetiva. Amanda de Lima diz que, no começo, sentia dificuldades: "Não conhecia muito as deficiências, pois cada uma é diferente. Mas sempre temos palestras com a professora Vanessa e, assim, fui aprendendo".

Gratidão – Célio Gomes da Silva, 39 anos e com sequelas de um AVE chega à FEF ainda de manhã para a sua aula de natação às 16 horas. Mora sozinho e prefere esperar a aula começar na própria universidade, pois assim conversa com muitas pessoas e faz amizades. Fazia fisioterapia no CRER há muito tempo e, ao conhecer o Dando Asas por meio de uma vizinha, ele decidiu começar a frequentar as atividades do projeto, do qual já participa há dois anos e meio. Ele se sente feliz por notar bons resultados: "Eu mal andava. Eu vivia caindo, era assustador. Agora eu melhorei muito", diz Célio.

Andressa Tavares de Rezende teve paralisia cerebral. Ela participa do projeto há aproximadamente um ano e, por meio da natação, tem sentido melhorar a cada dia sua escoliose. A mãe de Andressa, Tânia de Rezende Monteiro, sente-se grata, pois, além de ver a progressiva melhora da filha, a FEF fica bem perto de sua residência, no Bairro Itatiaia.

Apesar dos avanços no processo de inclusão, a coordenadora destaca que, ainda hoje, na sociedade a diferença é vista com um mau olhar e as diferenças causam ainda estranheza. "Apesar de sermos todos diferentes, não estamos habituados com a diferença", explica ela. E conclui: "É preciso ensinar as pessoas a enxergarem que ser diferente é muito normal. É preciso mostrar as deficiências ensinando a se encantar com as eficiências".

Divulgação

Isadora Sandes e os monitores Fernando Ricardo Barbosa Rodrigues e Maycon Vasconcelos Cunha

Da vida para os livros

Além de ser professora na FEF e coordenadora do Dando Asas, Vanessa Helena Santana Dalla Déa é mãe de Ana Breatriz, uma criança com síndrome de Down. Baseando-se nessa ligação direta, Vanessa Santana ajudou a editar o livro *Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor* (lançado em 2009 pela Editora Phorte, de São Paulo).

Segundo Vanessa Santana, o objetivo desse livro é levar mais informações para famílias que recebem filhos com síndrome de Down e para profissionais que se interessem pelo assunto. Dividido em quatro partes, ele traz informações básicas e fundamentais sobre a síndrome, trabalha diversas estimulações, para que as pessoas com Down tenham um desenvolvimento melhor, expõe os benefícios das práticas corporais para essas pessoas e, por fim, traz histórias de famílias que, como a sua, incluem pessoas com síndrome de Down.

A professora sente-se feliz com a repercussão do livro, pois sempre recebe e-mails de mães contando suas histórias e dizendo o quanto o livro e seus relatos foram positivos para aceitar e entender as características dos filhos. "Para mim, isso não tem preço", afirma Vanessa Santana.